



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO SOCIAL**

JUSSARA MARIA SANTOS DE SOUZA

**PODER PÚBLICO E SOCIEDADE NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: O
PROJETO MULHERES DA PAZ, EM SALVADOR/BA.**

Salvador

2011

JUSSARA MARIA SANTOS DE SOUZA

**PODER PÚBLICO E SOCIEDADE NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: O
PROJETO MULHERES DA PAZ, EM SALVADOR/BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Mestre Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Ivone Freire Costa

Salvador

2011

JUSSARA MARIA SANTOS DE SOUZA

**PODER PÚBLICO E SOCIEDADE NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: O
PROJETO MULHERES DA PAZ, EM SALVADOR/BA.**

Aprovada em 22 de setembro de 2011

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Prof.^ª. Dr.^a. Ivone Freire Costa (Orientadora)

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações - Universidade Técnica de Lisboa.
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Estélio Gomberg

Doutor em Saúde Pública - UFBA
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Riccardo Cappi

Doutor em Criminologia - Université Catholique de Louvain - Bélgica.
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a DEUS, pela magnífica inspiração de buscar sempre caminhos de crescimento pessoal e profissional, aos nossos familiares, amigos e colegas de trabalho, pela compreensão das ausências supridas com palavras de estímulo.

À nossa estimada Orientadora, Prof^a Ivone Freire Costa, Professores e funcionários que contribuíram para criar um ambiente acolhedor de produção e troca de conhecimentos, visando uma prática comprometida com os ideais de liberdade e melhoria da condição de vida do nosso povo.

A todos os colegas de curso, o meu sincero respeito, demonstrando com esse gesto o apreço às histórias de vida de cada um de per si e a real contribuição dessas histórias para meu crescimento pessoal e profissional.

Às professoras do inovador curso de Gestão Social, de cujas sementes vêm se revelando no meu interior, buscando a responsabilidade do agir consciente, respeitando nas relações estabelecidas no mundo a importância de equilibrar o afetivo e o racional.

A todos os servidores da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, que muito bem souberam nos atender, com toda serenidade e presteza, entre os quais posso olvidar os seguranças, pessoal do apoio da cantina, que pacientemente saciavam nossa fome, possibilitando um espaço de bate papo, aproximação e descontração.

Às Mulheres da Paz, lutadoras invencíveis, e toda equipe técnica, pelo acolhimento, colaboração e pela confiança de possibilitar uma interação com várias experiências do projeto. Agradeço a luz emanada pelos que partiram dessa vida terrena e deixaram um legado de compromisso com o amor, a verdade, a tolerância, esperança e perseverança.

Em memória de papai Jorge e Pró Neide Marques.

A meu querido filho Johnatan, com seu olhar carinhoso alimentando o incomensurável prazer de ser mãe e me encorajando a dividir a lida familiar com a profissional com a serenidade possível.

A meu irmão Jorge, com seu jeito particular, me ajudando nos momentos de ausência do lar, no acompanhamento da formação moral e educacional do meu filho Johnatan, assim como minha prima Rita, além da especial atenção da nossa colaboradora Luciene, uma verdadeira família.

À minha mãe Juvanette que sempre me incentivou a ter uma visão mais crítica do mundo, dando exemplo vivo de mulher lutadora que, por meio da sabedoria e da fé, supera os obstáculos e caminha na direção do vento.

O direito ao auto governo
é inerente à liberdade e à democracia.
Por isso, temos que enfrentar o que está estabelecido
como se fosse para sempre e erigir um novo modelo

Abdias do Nascimento

A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento.
Toda ciência seria supérflua se a aparência exterior e a essência
das coisas coincidissem diretamente.

K. Marx

Hoje, quando o mundo se dobra a uma grave ausência de
perspectiva e a uma aguda crise de referências, devemos nos
empenhar sinceramente para olhar além.

Marco Aurélio Nogueira

RESUMO

Este trabalho estuda as relações entre o poder público e a sociedade, através da experiência do Projeto Mulheres da Paz, no bairro de Tancredo Neves, no ano de 2010, em Salvador, como uma das ações propostas pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI. Procura conhecer como se expressam essas relações, na transformação da realidade local. O bairro de Tancredo Neves caracteriza-se como uma área conflagrada por elementos que aumentam a criminalidade em consequência da exclusão traduzida pela deficiência e/ou ausência de políticas públicas, sobretudo, para a juventude. Adota o conceito de democracia e os fundamentos do policiamento comunitário, partindo da premissa de que a mobilização e empoderamento de mulheres da comunidade constitui-se condição *sine-qua-non* para se atingir os resultados de mediação esperados pelo projeto entre o poder público e a comunidade, estabelecendo-se uma espécie de poder local, com a participação e em benefício da coletividade. A metodologia adotada de natureza quali- quanti- fundamenta-se na filosofia do policiamento comunitário e nos princípios da democracia e tomou por base a visão dos atores envolvidos no projeto em foco, técnicos, mulheres selecionadas e capacitadas, bem como os policiais que atuam na área selecionada. Utilizou-se, ainda, o método de pesquisa etnográfico, partindo da tradição antropológica de pesquisa, com o objetivo de conhecer o que pensam os sujeitos envolvidos sobre suas práticas, privilegiando o contexto, onde o homem produz e reproduz as relações sociais já estabelecidas, levantando dados teóricos, aplicando questionários e entrevistas com perguntas fechadas e abertas, reunião, palestra, realizando técnicas de discussão reflexiva como o grupo focal, trazendo elementos observados em outras experiências nacionais. A análise revelou de um lado, a fragilidade das relações entre governo e sociedade na práxis fundada nos princípios da democracia, que prescinde de ações de natureza prolongada, de espaços físicos apropriados, de recursos financeiros e qualificação dos atores envolvidos; o desconhecimento, o não engajamentos e o medo de retaliações refletidos na não resposta e de outro uma demanda social de participação na construção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança. Por fim, contribui para uma análise crítica dos fatores que vêm constringendo e/ou favorecendo a realização efetiva dos projetos de segurança com cidadania e para o aprofundamento das discussões relativas à importância do papel da relação dialógica, com respeito à pessoa, na construção e implementação de ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades, com vistas à superação dos fatores que contribuem para o avanço da violência.

Palavras - Chave: democracia; segurança pública; participação social; diálogo; empoderamento; policiamento comunitário.

Salvador. 110 pp. ill. 2011. Dissertation (Master in Management and Social Development) - School of Management, Federal University of Bahia, 2011.

ABSTRACT

This paper studies the relationship between the government and society through the experience of the Women's Peace Project in the neighborhood of Tancredo Neves, in 2010, in Salvador, as one of the actions proposed by the National Security and Citizenship - PRONASCI. Seeks to know how to express these relationships in the intertransformatividade of local reality. The neighborhood of Tancredo Neves is characterized by an inflamed area by element that increases crime rate as a result of the exclusion translated by disability and / or absence of public policies, especially for the youth. Adopts the concept of democracy and the fundamentals of community policing, on the premise that the mobilization and empowerment of women in the community constitutes condition sine-qua-non for achieving the results of mediation expected by the project between the government and the community, establishing a kind of local power, with the participation and the benefit of the community. The methodology of quantitative and qualitative nature based on the philosophy of community policing and the principles of democracy and was based on the view of the actors involved in the project, technical, selected and trained women as well as officers working in the selected area selected. The method of ethnographic research was also used, based on the anthropological tradition of research in order to know what those involved think about their practices, emphasizing the context in which man produces and reproduces social relations already established raising theoretical data, using questionnaires and interviews with both open and closed questions, meeting, lecture, making techniques such as reflective discussion with the group in question, bringing elements observed in other national experiences. The analysis has revealed in one hand, ignorance, lack of involvement and fear of retaliation of actors, reflecting the non-response, and the other the fragility of relations between government and society in praxis founded on the principles of democracy, which dispenses actions of prolonged nature, appropriate physical space, financial resources and skills of actors involved for participation in the construction, implementation, monitoring and evaluation of public policies. Finally, it contributes to a critical analysis of the factors that are constraining and / or favoring the effective realization of security projects respecting citizenship and the deepening of discussions on the importance of the role of the dialogic relation with respect to the person, the construction and implementation actions aimed at community development with a view to overcoming the factors that contribute to the growth of violence..

Key-words : democracy; state; social participation; dialog; empowerment; community police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Palestra em Lauro de Freitas, Violência contra a Mulher/2010	21
Figura 2	Palestra em Lauro de Freitas, Violência contra a Mulher/2010	22
Figura 3	Ciclo Maria Felipa – Negritude Feminina em Diálogo	22
Figura 4	Mapa do bairro Tancredo Neves	40
Gráfico 1	E sobre os aspectos que dificultam. Quais são eles?	54
Gráfico 2	Por quê?	59
Gráfico 3	Se você fosse Governador do Estado da Bahia, quais as principais estratégias estabeleceria para aproximar a comunidade da polícia?	60
Figura 5	Unidade de Policias Pacificadora da PM Rio de Janeiro – RJ	63
Figura 6	ARS - Discussão sobre o Comitê de Condução do Pólo de Competências em Educação para a Saúde (terça feira, 25 de maio de 2010).	72
Figura 7	Reunião de avaliação e acompanhamento dos serviços oferecidos pelo CIED. Destaque para a participação de Cristine (à direita) responsável pelo observatório francês de drogas e toxicomaníacos (L’OFDT).	73
Figura 8	À esquerda reunião no Centre Planterose de acompanhamento dos trabalhos, onde participou a equipe integrada pelo serviço social, psicólogos, psiquiatras, arte educadores, educadores, enfermeiro. À direita reunião com os profissionais do CEID, parceiros e assistidos sobre organização da Noite Africana	73
Figura 9 -	Trabalho de Rua do CEID, destaque para a médica generalista Francine Ametonu (terceira da esquerda para a direita -primeira foto)	74
Figura 10 -	Reunião de organização da “Noite Africana”, como resultado do projeto “Viagem Terapêutica”, destaque para Silvie, Assistente Social, coordenadora do projeto (primeira à direita) *.	74
Figura 11	Certificação das Mulheres da Paz/2010	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Principais Registros de Ocorrências Policiais no Bairro de Tancredo Neves Período: Janeiro a Dezembro	29
Tabela 2	Principais Registros de Ocorrência Policiais em Salvador Comparativo 2009/2010	30
Tabela 3	Comparativo Salvador/AISP 13	30
Tabela 4	Na sua opinião o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia, a comunidade e o projeto que você vem participando, aqui em Tancredo Neves?	44
Tabela 5	De que forma?	44
Tabela 6	Existem projetos na cidade do Salvador que você avalia como promotores de novas formas de convivência humana, segurança e paz? Quais?	45
Tabela 7	O Projeto Mulheres da Paz aqui em Tancredo Neves é diferente?	46
Tabela 8	Por quê?	47
Tabela 9	Você poderia nos dizer quais são os principais aspectos da realidade daqui do bairro de Tancredo Neves que facilitam a atuação das Mulheres da Paz? Por Quê?	48
Tabela 10	E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da paz, existe(m) algum(as) aqui no bairro Tancredo Neves	48
Tabela 11	Quais são eles?	
Tabela 12	E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, existe(m) algum(ns) aqui no bairro de Tancredo Neves? * Quais são eles? Crosstabulation	49
Tabela 13	Você poderia dizer por que dificultam?	49
Tabela 14	Você considera que as ações realizadas no projeto Mulheres da paz favorecem ao modelo de policiamento comunitário?	50
Tabela 15	Por quê	50
Tabela 16	O projeto Mulheres da Paz ajuda a estreitar os laços entre as policias e a comunidade? Em quais aspectos?	51
Tabela 17	Quais as atividades do Projeto Mulheres da Paz que você participa e/ou participou?	51
Tabela 18	Por quê?	52
Tabela 19	Se você fosse governador do estado da Bahia, quais as principais estratégias estabelecidas para aproximar a comunidade da policia?	52
Tabela 20	Você poderia nos dizer quais são os principais aspectos da realidade daqui do bairro de Tancredo Neves que facilitam a atuação das Mulheres da Paz? Por quê?	54
Tabela 21	Você poderia dizer por que dificultam?	55
Tabela 22	Como você avalia a participação das mulheres no projeto Mulheres da Paz, aqui no bairro de Tancredo Neve?	55
Tabela 23	Case Processing Summary	55

Tabela 24	Quando ocorre(m) situação(ões) problema(s) no desenvolvimento do projeto Mulheres da Paz, aqui em Tancredo Neves, quem encaminha a busca de alternativas de soluções?	56
Tabela 25	Como a(s) solução(ões) é/são encaminhada(s)?	56
Tabela 26	Como você avalia as condições físicas do projeto Mulheres da Paz? * Por Quê? Crosstabulation	57
Tabela 27	E sobre equipamentos e materiais?	57
Tabela 28	Por Quê?	57
Tabela 29	O projeto Mulheres da Paz ajuda a estreitar os laços entre as policias e a comunidade? Em quais aspectos?	58
Tabela 30	Na sua opinião, o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia, a comunidade e o projeto que você vem participando, aqui na Tancredo Neves?	58
Tabela 31	De que forma?	58
Tabela 32	Explique	60

LISTA DE SIGLAS

CONSEG	Conselho de Segurança
PMRJ	Política Militar do Rio de Janeiro
PMBA	Polícia Militar do Estado da Bahia
PCBA	Política Civil da Bahia
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
SEDEB	Secretaria de Desenvolvimento Social
CEID	Centro de Estudo das Drogas
SIMAP	Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci
SSP	Secretaria de Segurança Pública
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
SIAP	Superintendência de Gestão Integrada de Ação Policial
PROGESP	Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Política e Gestão em Segurança Pública
ADM	Administração
RENAESP	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
PROTEJO	Proteção de Jovens em Território Vulnerável

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	ELEMENTOS DA METODOLOGIA ESTRATÉGIA DA PESQUISA	16
2	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E CONCEITUAIS.....	22
2.1.	O PRONASCI E OS TERRITÓRIOS DA PAZ	24
2.2.	GOVERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA.....	28
2.3..	DIÁLOGO E DIALOG-AÇÃO EM RELAÇÃO AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.	36
3	DIÁLOGOS ENTRE GOVERNO E COMUNIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO MULHERES DA PAZ NO TERRITÓRIO DE TANCREDO NEVES	39
3.1	A VISÃO DOS POLICIAIS, TÉCNICOS E MULHERES	42
4	POLÍCIA PACIFICADORA.....	65
5	OUTRAS RELAÇÕES DE DIÁLOGOS ENTRE O GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO SOCIAL	72
6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	77
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICES.....	87
	APÊNDICE A – Questionário Policiais	84
	APÊNDICE B - Questionário Corpo Técnico	88
	APÊNDICE C - Técnica: Grupo Focal	93
	APÊNDICE D - (Vídeo do grupo focal)	94
	ANEXOS.....	95
	ANEXO A – Ciclo Maria Felipa – Negritude Feminina em Diálogo	95
	ANEXO B – Implantação do Território da Paz	97

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda a experiência de implementação do Projeto Mulheres da Paz no bairro de Tancredo Neves, ano de 2010, em Salvador, como uma das ações propostas pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI. Segundo levantamento prévio da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, os locais escolhidos para realização do projeto são áreas conflagradas por elementos que aumentam a criminalidade, a exemplo da exclusão traduzida pela deficiência e/ou ausência de políticas públicas, sobretudo, direcionadas para a juventude. Para contribuir com a mudança, o projeto selecionou mulheres para atuar como mediadoras entre a comunidade e as instituições públicas como agentes participativas e multiplicadoras, mobilizando a comunidade para interagir com a rede sócio assistencial, público/privada, com a perspectiva de transformar o território da violência em território da paz.

O bairro de Tancredo Neves foi considerado de elevado risco social, em face da combinação de elementos que favorecem à exclusão, como um dos fatores que geram a crescente onda de violência. Assim, através de projetos que têm como objetivo principal a criação de redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência nos territórios selecionados, envolvendo, sobretudo, mulheres e jovens, as ações governamentais vêm focando seus objetivos na articulação de elementos facilitares da comunicação entre gestores sociais, policiais e membros da comunidade, a fim de encontrar soluções para a melhoria das condições de vida da população, no âmbito da segurança, da educação, do trabalho, lazer, moradia, saúde, cultura e infraestrutura.

Adotamos o conceito de democracia e os fundamentos do policiamento comunitário, partindo da premissa de que a mobilização e empoderamento de mulheres da comunidade constitui-se condição *sine-qua-non* para se atingir os resultados de mediação entre o poder público e comunidade, estabelecendo-se uma espécie de poder local, com participação e em benefício da coletividade. Acreditamos, ainda, que elementos da cultura que dificultam ou facilitam tais processos no plano das intervenções governamentais, acontecem com maior força, face ao distanciamento entre os programas e projetos institucionais e a realidade dos espaços a serem comunicados.

Nessa perspectiva, buscamos analisar o Projeto Mulheres da Paz, no que tange a sua concepção e implementação, no sentido de conhecer as relações nele compreendidas entre a visão dos atores envolvidos, mulheres da paz, policiais e corpo técnico, assim, observando a práxis, tendo em vista que tais ações se justificam pela busca de novos arranjos institucionais, comprometidos com a democratização das ações governamentais e devem estar fundadas no arcabouço teórico que elege a relação dialógica entre o poder público e a sociedade civil, como elemento crucial à qualificação e/ou legitimação dos trabalhos.

A necessidade de aprofundamento no que tange ao estudo dos obstáculos para viabilização de uma política pública de caráter participativo e dos modelos de gestão correspondentes, a exemplo do policiamento comunitário, foi revelado pelos dados fornecidos na pesquisa que realizamos no Curso de Gestão e Políticas de Segurança Pública da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, promovido pela PROGESP/ADM/UFBA, demonstrando a importância de se estabelecer um diálogo qualificado entre os atores envolvidos, buscando soluções apropriadas para conter a violência. A inconsistência dos diálogos e a ausência deles nas interações entre os atores sócio-institucionais, junto a crescente onda de insegurança vêm requerendo mudanças profundas na forma de gestão dos órgãos responsáveis pela defesa social, a fim de adequá-la aos propósitos de democratização das ações governamentais, portanto, entendemos ser necessário, abrir o debate junto aos atores sociais que atuam nesse cenário, onde o papel da polícia não pode mais ficar restrito a guardiã da lei e da ordem, mas se inserir no processo de transformação de uma realidade prejudicial à garantia de todos os direitos fundamentais do ser humano.

Neste trabalho temos preocupações com a apropriação adequada de conceitos, com análise das representações investigadas e dados coletados da pesquisa de campo. Além disso, privilegiamos outras experiências similares, marcos regulatórios e legais que norteiam tais ações governamentais.

O estudo em questão parte da premissa que a qualidade dos diálogos entre o Estado e a sociedade (representantes da política governamental e comunidade) é um indicador da natureza da política de segurança pública com cidadania. Além disso, visualizamos a importância da mobilização da comunidade na interação com a rede sócio assistencial, estabelecendo uma espécie de poder local, onde as discussões e deliberações sejam tomadas com a participação e em benefício da coletividade, na perspectiva democrática, (BOBBIO, 1992).

Atualmente, as causas da violência vêm chamando a atenção de todos, em uma dimensão planetária, já que os problemas decorrentes do modelo econômico em evidência, no tocante à distribuição de renda, vêm gerando efeitos que dificultam ou impedem o acesso aos bens essenciais à dignidade da pessoa, disseminando o aumento dos bolsões de pobreza combinado à falta de oportunidades de trabalho, desestruturação familiar, baixo rendimento escolar, entre outras, em um contexto sócio, econômico, político, cultural e institucional, onde as causas de natureza estruturantes devem ser trabalhadas, com ênfase nas ações preventivas.

Destacamos o postulado da cooperação entre o poder público e a sociedade civil, inserido no Programa Nacional de Segurança com Cidadania, através da implantação dos Territórios da Paz, entre as iniciativas voltadas à mobilização da comunidade para interagir com a polícia e outras secretarias de governo, nas três esferas do poder, (Federal, Estadual e Municipal), lastreadas no respeito aos direitos humanos, contribuindo para que os profissionais da segurança assumam o papel de agentes de transformação social, auxiliando na construção de comunidades mais fortes e participativas.

Assim, no momento em que as instituições governamentais passam por um processo de reformulação para se ajustar ao modelo de Estado proposto na Constituição Federal, com vistas à democratização de suas ações, é natural que a polícia encontre o seu lugar junto a uma prática, voltada para atender aos anseios da comunidade, já enfatizada por Costa, Ivone (2004), nos seus estudos sobre a Polícia e Sociedade. Importante é salientarmos a notoriedade da filosofia de polícia comunitária no campo da prevenção e construção conjunta de políticas de atuação do trabalho policial, numa fiel parceria e entrosamento entre polícia e comunidade, modelo que se ajusta à realidade do Projeto Mulheres da Paz, invertendo a lógica do modelo tradicional, onde a sociedade era vista como mera depositária de manifestações autoritárias de demonstração de poder.

Neste trabalho, consideramos a visão dos atores envolvidos, Assistentes Sociais, Pedagogos, Advogados, Administradores, que integram uma equipe multidisciplinar; mulheres selecionadas, para analisamos o processo de implementação do projeto Mulheres da Paz, do ponto de vista das teorias interacionistas que apresentamos como sustentáculo à diálogação entre sujeitos em uma perspectiva democratizante.

Assim, a sistematização dos dados levantados a partir dos questionários aplicados com perguntas abertas e fechadas para policiais e técnicos, realização do grupo focal com a participação de mulheres da comunidade, policiais e técnicos do projeto, bem como

participação em reuniões ministrando palestras, realizando pesquisa bibliográfica e documental, nos levou a construir uma idéia a respeito do modelo de interação utilizado no Projeto Mulheres da Paz no território de Tancredo Neves, para alcance dos objetivos postos, no sentido de mobilizar mulheres da comunidade para atuar como multiplicadoras da cultura de paz e mediadoras de conflitos, visando à redução da violência, articuladoras da rede sócio assistencial para inserir a população alvo nos programas, projetos e serviços.

Com este trabalho pretendemos estudar e compreender as ações do Projeto Mulheres da Paz, conscientes de que a ciência não responde às idéias superficiais de dada realidade e que a busca da verdade dentro de uma perspectiva crítica e aprofundada, os resultados devem ser divulgados mostrando como foram constatados.

Ao pesquisador cabe apresentar o caminho que percorreu em busca do conhecimento, demonstrando que no caminhar pode estabelecer os pressupostos que serviram de base para descoberta de novos saberes que refletidos, ajudarão à construção de novas ações programadas (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Esse estudo foi baseado na pesquisa quanti qualitativa, onde podemos verificar a incidência de determinados elementos que contribuíram para mapear a implicação dos sujeitos na ação contida no projeto Mulheres da Paz.

Partindo da tradição antropológica de pesquisa, passamos a perceber a preocupação em se desenvolver estudos das diversas formas de expressão do homem através da análise de sua cultura, privilegiando a questão do contexto, onde o homem cria e recria os seus valores, seus conceitos, a sua história, na tentativa de desmistificar a ideologia da dominação e conseqüente superioridade cultural, bem como a ciência da aparência, dando à pesquisa, além do cunho de produção de novos conhecimentos, o ideal de reflexão para transformação.

Centrando o nosso estudo na questão do conhecimento do real, queremos mostrar um pesquisador que a partir do seu objeto de pesquisa busca interagir com este, dando à pesquisa um sentido de vivência que se veste em uma ação reflexiva conjunta (pesquisador-informante). Tais características nos aproximam do método etnográfico, cujos objetivos não se limitam à descrição ou a avaliação, mas à produção de idéias que antecipam o real e delineiam um ideal.

Diante de tais reflexões, a dúvida que se coloca para estudo e investigação pode ser assim descrita: *Como se expressam as relações entre os atores envolvidos na implementação*

das ações do Projeto Mulheres da Paz no território de Tancredo Neves, contemplado pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania?

Para tanto, caminhamos em busca de:

- Conhecer o que pensam os atores envolvidos sobre as relações compreendidas nos processos de implantação das ações de segurança com cidadania no projeto e os impactos destas na comunidade.
- Refletir sobre os principais assuntos da agenda de diálogos entre os diversos atores envolvidos nas ações do programa; e
- Verificar os recursos utilizados à promoção das ações pelo programa.

1.1 ELEMENTOS DA METODOLOGIA ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Em termos metodológicos, analisarmos a trajetória da pesquisa desenvolvida no Brasil no campo das ciências sociais, onde identificamos a tendência quantitativa, baseada no corpo teórico da sociologia positivista, no qual os fatos sociais são analisados e estudados de maneira objetiva, no sentido de quantificá-los para depois explicá-los, entendendo-se por objetividade a capacidade que tem o cientista de dissecar os fatos sociais como se fossem coisas, estáticas, desprovidas de características “sui generis” que determinam as diferentes formas de absorção e expressão da cultura.

Contrapondo-se a essa tendência, a pesquisa de cunho qualitativo, aparece na Antropologia da década de 70, de maneira mais ou menos natural, já que os pesquisadores percebem que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo.

Tal argumentação tornou-se marcante, pois a pesquisa social, por serem seus aspectos qualitativos carecedores de um estudo profundo de sua problemática, em razão de imbricar fenômenos subjetivos de caráter social, psicológico e cultural, tantos dos que promovem as políticas públicas quanto dos que delas se aproveitam, o que demonstra a complexidade do assunto. No caso, se faz necessário que a pesquisa para atingir o objetivo de mudança e construção de conhecimentos que atendam às reais necessidades dos indivíduos e grupos

sociais, não reduza as explicações dos fenômenos sociais a quantificações puramente matemáticas, precisa da interpretação qualitativa do dado.

Embora já tenha havido algumas tentativas para especificar o processo de coleta e análise de dados durante a observação participante, não existe um método que possa ser recomendado como o melhor ou mais efetivo.

Segundo Stubbs e Delamont (apud LUDKE; ANDRE, 1986) a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado.

Adotamos a etnografia, conscientes de que é importante não aceita-la como simples técnica, mas como uma opção metodológica, no sentido de que todo método implica uma teoria. Em toda pesquisa etnográfica encontram-se implícita e explicitamente conceituações do objeto de estudo que define qual das múltiplas descrições “possíveis” da realidade estudada devemos fazer.

Algumas características essenciais para um bom etnógrafo apresentadas por Hall (apud LUDKE; ANDRÉ, 1986) são: o pesquisador precisa tolerar ambiguidades, ser capaz de trabalhar sob sua própria responsabilidade, deve inspirar confiança; deve ser pessoalmente comprometido, auto disciplinado, sensível a si mesmo e aos outros, maduro e consistente, e deve ser capaz de guardar informações confidenciais. Desde os contatos iniciais com os participantes, o observador deve se preocupar em se fazer aceito, deve decidir quão envolvido estará nas atividades.

Por outro lado, não podemos nos afastar da nossa condição de Delegada de Polícia, porém, fizemos questão de nos colocarmos como pesquisadora, evitando, talvez o inevitável, de não sermos identificados com nenhum grupo em particular, buscando preservar a horizontalidade nas relações travadas com os informantes. Daí surge questionamentos a respeito da subjetividade do observador. Parece-nos pacífico entender que qualquer tipo de pesquisa envolve uma grande dose de julgamento pessoal, seja na escolha da amostra, na construção e seleção dos instrumentos, seja na seleção e apresentação dos resultados. Quando os dados são primordialmente qualitativo a subjetividade torna-se inevitável, podendo ser controlada através do uso de diferentes técnicas com a finalidade de cruzar e ratificar as descobertas mais importantes.

No processo de reconhecimento do real, a pesquisa participante propõe que se estabeleça um nível de relacionamento entre o pesquisador e informante que assegure a troca

de informações e discussões que privilegie uma análise crítica da realidade a ser repensada e transformada, uma análise que seja estimulada pelo intelectual pesquisador, sem, contudo, implicar numa direção parcial dos trabalhos, desmistificando a soberania do cientista em relação à cultura daqueles que fazem parte do contexto em estudo.

Acreditamos que o que torna a ciência necessária é o fato de a realidade não ser transparente. A aparência e a essência dos fenômenos não coincidem, embora uma revele elementos da outra. Portanto, o que é dialético é a própria realidade. Por isso, precisamos de instrumentos que captem esta dialética e possibilitem a produção de conhecimentos que realmente atendam as diversidades humanas em toda sua abrangência histórico-social.

Ludke e André (1986) sugerem que geralmente, o pesquisador desenvolve a sua investigação passando por três etapas: exploração, decisão e descoberta.

Na primeira fase da nossa pesquisa, selecionamos e definimos o local onde seria feito o estudo, estabelecendo os contatos para entrada em campo.

Nesta etapa inicial, fizemos as primeiras observações, realizando a primeira visita à equipe técnica do projeto, com sede no Centro Social Urbano de Narendiba, onde participamos de uma reunião de acompanhamento, com a finalidade de adquirir maior conhecimento sobre o fenômeno e possibilitar a solução de aspectos que pudessem ser mais sistematicamente investigados.

No segundo estágio da pesquisa, fizemos uma busca mais sistemática dos dados selecionados como os mais importantes para compreensão do fenômeno estudado, através de observações, recorrendo a entrevistas utilizando questionário com roteiro estruturado, desenvolvendo a técnica de grupo focal, realizando palestras, criando situações variadas, visando, sobretudo, que os informantes nos percebessem como pessoas às quais nos pudessem confiar suas impressões e pensamentos íntimos e diante dos quais eles se sentissem à vontade para manifestar seus comportamentos de forma natural.

O terceiro estágio da nossa pesquisa etnográfica consistiu na explicação da realidade, isto é, na tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas em um contexto mais amplo, envolvendo o desenvolvimento de teorias em uma interação contínua com os dados reais e as suas possíveis explicações, interpretações e compreensão.

Iniciamos o nosso contato com a equipe multidisciplinar que atua no projeto Mulheres da Paz, primeiro fazendo uma visita de apresentação, oportunidade em que fomos convidados a participar de uma reunião de acompanhamento do projeto a ocorrer no dia seguinte, 24/08/2010, quando fomos apresentados a todos os profissionais envolvidos na Coordenação geral e técnica, além daqueles diretamente ligados aos grupos de atuação nos territórios escolhidos, quais sejam: Em Salvador: São Cristovão (Parque São Cristovão, Cassange) e Tancredo Neves (Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Narandiba, Doron e Saboeiro); Simões Filho/Ba.: Porto Parada e César Borges; Lauro de Freitas/Ba.: Itinga, Quingoma, Areia Branca, Caji, Vida Nova e Portão; e Camaçari/Ba.: PHOC I, II e III.

Na referida reunião também se fez presente o então Coordenador das Ações Sociais do PRONASCI da Assessoria da Secretaria Estadual da Justiça.

A partir dessa reunião tivemos a oportunidade de conhecer “in locu” a dimensão da gestão do projeto, de onde 700 mulheres são acompanhadas, selecionadas por uma organização não governamental AVANTE Educação e Mobilização, durante seis meses, para atuarem nos seus territórios de origem. Encontramos o projeto Mulheres da Paz em pleno andamento, onde as mulheres já estavam em atuação no campo, no caso de Tancredo Neves o projeto foi iniciado em 30/11/2009, com atuação de cem mulheres acompanhadas por quatro técnicos.

Os contatos preliminares nos ajudaram a escolher os dados mais importantes para estudar e compreender a implementação do projeto, observando a realização de duas reuniões ocorridas nos dias 23 e 24 de agosto introduzir a discussão sobre o tema apresentado no que se refere às novas propostas de policiamento, voltadas ao entrosamento da polícia com a comunidade, em implementação no Brasil, conforme relatórios e planos do governo federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, orientando os estados federados, seguido dos objetivos geral e específicos, definição do problema e justificativa, tratando da importância de discutir tais questões para o aprimoramento da práxis policial comprometida com as novas tendências de intervenção do poder público na sociedade que se pretende democrática.

No segundo momento, busca-se contextualizar o espaço sociopolítico onde essa nova concepção de polícia está inserida, considerando fundamentos da democracia, com ênfase na cidadania e a conseqüente participação social.

No terceiro momento, após análise dos dados coletados na pesquisa de campo, pretende-se elaborar relatório, seguido de interpretação crítica do quanto apurado, para demonstrar a visão da comunidade e do profissional de segurança, na figura do delegado de polícia, enquanto agente de transformação social, concluindo com contribuições a partir do levantamento de pontos e contrapontos das ações de polícia judiciária no âmbito do policiamento comunitário.

Local da Pesquisa:

Território da Paz

Bairro: Tancredo Neves/Beiru/Salvador,

Segundo dados do IBGE:

47.506 habitantes

Área demográfica – 151 hectares

1630.800 metros quadrados

População:

Equipe multidisciplinar, policiais militares e civis, mulheres da paz.

Amostragem probabilística para as 28 (vinte e oito) Mulheres da Paz selecionadas no bairro de Tancredo Neves, os sessenta e quatro policiais civis e setenta e cinco militares com atuação no território.

Utilizamos amostragem censitária para os doze técnicos com atuação direta nos territórios da paz.

A fim de subsidiarmos o estudo em questão, realizamos o estudo bibliográfico e documental, onde consultamos a Portaria de nº 1.305, de 16 de Julho de 2008, que estabelece as diretrizes iniciais de fornecimento de dados a serem inseridos no SIMAP – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci, relatórios e programas institucionais.

A realização de grupos focais, reunindo gestores, policiais e mulheres da paz, em um ambiente de discussão favoreceu ao conhecimento da qualidade do diálogo entre os atores envolvidos e na técnica, demonstrando o sentimento que todos têm a respeito do projeto de uma maneira espontânea e de debate aberto, facilitando ao pesquisador absorver elementos da cultura e dos valores de cada um a partir de suas falas e, sobretudo, a maneira de ouvir.

As informações colhidas na técnica aplicada permitiram aclarar a observação do fenômeno em estudo, ajudando na imersão no território da observação, a fim de melhor conhecer o ponto de vista do outro, sua visão de mundo e do seu mundo interagindo com o mundo do outro.

O grupo focal reuniu pessoas selecionadas com base em suas competências próprias para discutir assunto de interesse do coletivo, onde cada participante expressou a sua visão, contribuindo para o amadurecimento do projeto.

Servimos de mediadores do grupo focal, introduzindo os assuntos para o debate, ajudando o grupo a desenvolver suas idéias, centrando em uma discussão coletiva e não sobre questões de nível individual, observando as convergências ou divergências de opinião, que possam contribuir com aspectos relevantes da pesquisa.

A participação nas atividades propostas por outros grupos de mulheres, nos territórios de Lauro de Freitas e Simões Filho, contribuiu para ampliarmos o universo de observação e compreensão da visão que os sujeitos têm do fenômeno estudado, revelando a essência dos sentimentos e o significado dos objetivos do projeto, na expressão espontânea do grupo.

Figura 1 - Palestra em Lauro de Freitas, Violência contra a Mulher/2010



Figura 2 - Palestra em Lauro de Freitas, Violência contra a Mulher/2010



Figura 3 - Ciclo Maria Felipa – Negritude Feminina em Diálogo



2 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E CONCEITUAIS

Apesar de o Programa de Segurança com cidadania ter sido construído no centro do poder, na esfera federal, em uma perspectiva democratizante, não podemos negar a relativa eficácia dos passos que antecederam a implementação dos projetos a ele vinculados, direcionados á abertura do amplo debate com diversas representações da sociedade, promovendo a discussão entre o poder público e a sociedade civil, a exemplo das Conferências Federais, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, de cunho deliberativo, realizadas a fim de estabelecer uma agenda de prioridades para integrar o Plano Nacional de Segurança Pública e, por conseguinte, o estabelecimento de políticas públicas centradas no desenvolvimento dos territórios para redução da violência.

Tais políticas partiram do pressuposto de que o aumento da criminalidade está associado a diversos fatores que se entremeiam nas diversas áreas da estrutura da sociedade, exigindo para a solução dos problemas a realização articulada em uma rede social que deve dialogar com a comunidade local.

No trato da mobilização da comunidade para fazer frente ao elevado grau de violência, consideramos o que Gilberto Dupas (2003) abordou sobre as tensões contemporâneas entre o público e o privado, a saber:

O início do Séc. XXI, nos coloca diante de enormes tensões. Um mal estar geral e uma corrosiva desesperança existencial espalhando-se pelo mundo global e impõe a necessidade de repensar e renegociar as bases do tipo de sociedade que queremos.

Seguindo o pensamento do autor citado, demonstramos a importância do aprofundamento na análise das políticas que têm como objetivo criar novos arranjos no trato do público e do privado, visto este em uma acepção do coletivo e não do particular, voltado, portanto ao interesse público.

Entendemos que a luta permanente dos sujeitos contra a lógica dominante dos sistemas, aonde o espaço da liberdade vem se reduzindo à possibilidade do consumo deve ser ampliada a partir do convite a sociedade para atuar no cenário público, levando o Estado, como sujeito da reforma, partilhe o poder com os demais atores, visando a participação popular na busca de justiça social, lastreado na solidariedade para o pleno exercício da cidadania.

2.1 O PRONASCI E OS TERRITÓRIOS DA PAZ

No momento em que as instituições governamentais passam por um processo de reformulação para se ajustar ao modelo de Estado proposto na nossa Carta Magna, com vistas à democratização das ações, mister se fazia que as polícias trabalhassem no sentido de realinhamento de suas ações, no âmbito da prevenção e repressão, buscando dialogar com outros parceiros institucionais e a sociedade civil.

Importante é salientarmos a notoriedade da política de segurança no campo da prevenção, repressão qualificada e construção conjunta de políticas de atuação do trabalho policial, na busca de parceria e entrosamento com a comunidade, saindo do lugar de detentor do poder e do conhecimento, relegando à sociedade o papel de mera depositária de manifestações autoritárias e arbitrariedades. Hoje, como resposta aos debates travados na sociedade, em nível global e regional, a população e seus entes representativos, se levantam e discutem a polícia como instrumento legal para manutenção da ordem e paz social, exigindo práticas transparentes e controladas, para garantir a legalidade dos atos dos servidores públicos policiais.

A partir da reforma do aparelho do estado brasileiro, em 1995, buscou-se enfatizar uma maior articulação dos governos com os atores da sociedade civil, abrindo-se um debate sobre os processos de gestão das instituições públicas, com base numa estratégia de mobilização de recursos com capacidade para sustentação do valor social da política institucional.

A criação do Programa Nacional de Direitos Humanos – governo FHC (1996) foi resultado de uma política nacional que abriu espaço para o desenvolvimento de mais instâncias e instituições atuantes na defesa dos direitos no Brasil. Essas instâncias, fortemente ligadas à sociedade civil, orientam suas ações para contextos específicos, o que confere densidade, qualidade e objetividade ao projeto brasileiro global de defesa dos direitos.

Entre as prioridades do PNDH:

- Apoiar experiências de polícias comunitárias ou interativas, entrosadas com conselhos comunitários, que encare o policial como agente de proteção dos direitos humanos.
- Criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP (1998)

Em 2002, surge o Plano Nacional de Direitos Humanos II, no governo do presidente Lula, oportunidade em que a proposta acima foi ratificada:

- Incentivar a implantação da polícia ou segurança comunitária e de ação de articulação e cooperação entre a comunidade e autoridades públicas com vistas ao desenvolvimento de estratégias locais de segurança pública, visando a garantir a proteção da integridade física das pessoas e dos bens da comunidade e o combate à impunidade.

A proposta de redemocratização do país partiu de um diagnóstico do impacto da globalização no mundo (ADORNO, 2000) e no campo da insegurança levantou-se as seguintes questões:

- descrédito nas instituições policiais;
- influência crescente do tráfico de drogas em outros crimes (como homicídios, roubos e sequestros);
- crença na impunidade;
- a sistemática violação dos direitos humanos;
- a ação de grupos privados e de grupos paraestatais;
- as injustiças sociais, aliado aos problemas de:
 - insuficiência de policiamento ostensivo;
 - quadros humanos mal preparados;
 - métodos de investigação policial ultrapassados
 - inquéritos atrasados;
 - registros de ocorrências engavetados.

A partir desse diagnóstico o governo teve por objetivo principal a retomada do controle da criminalidade mediante rigoroso cumprimento da lei tornando mais aguerrida a política de direitos humanos, através de um intenso diálogo entre lideranças políticas e lideranças da sociedade civil que resultaram no programa nacional de direitos humanos, cuja idéia decorreu da conferência mundial dos direitos humanos verificada em Viena (Áustria), em 1993.

Considerando o processo de democratização do país um construto, pontuamos marcos regulatórios e legais que deram legitimidade ao modelo de gestão com participação social, a exemplo, das diretas já, constituinte, incorporação doméstica de documentos do direito

internacional dos direitos humanos, leis infraconstitucionais, utilização de instrumentos democráticos para construção de políticas em vários setores da sociedade.

Assim, no âmbito da segurança, em 2009, foram realizadas conferências, em nível municipal, estadual e federal, incluindo na metodologia as conferências livres visando a construção do plano nacional de segurança pública, tendo como premissa básica o resgate da consciência da importância do papel social do profissional da segurança pública, revertendo o quadro de descrédito social, defendendo a idéia de que os profissionais de segurança pública são personagens centrais da democracia – agentes sociais pedagógicos, portanto, agentes de transformação (BALESTRERI, 2003).

A Segurança Pública, no dizer do Professor José Afonso da Silva (1991):

...não é problema apenas de Polícia, pois a Constituição, ao estabelecer que a segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (art. 144), acolheu a concepção(...) de que é preciso que a questão da segurança pública seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade permanente de todos, Estado e população.

Prossegue o ilustre professor, citando que:

...se faz necessária uma nova concepção de ordem pública, em que a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais.

Nessa nova filosofia de trabalho, a polícia busca estabelecer sólida relação com a comunidade, levar a população a participar no processo de prevenção criminal, fixar o policial no terreno, atuar além das condutas criminosas levando a polícia a fazer parte da recuperação das condições de vida do bairro ou da cidade.

Sobre Polícia Comunitária afirmou Lee Brown (apud BARLEY, 2002), um dos precursores dessa nova abordagem, Ex-Chefe de Polícia de Nova Iorque: "Queremos que o policial seja um organizador, um ativista comunitário, um solucionador de problemas...". E a mais ativa, abrangente e bem-sucedida manifestação da polícia comunitária no país, atualmente, se viabiliza por meio dos CONSEGs - Os Conselhos Comunitários de Segurança.

Fortalecendo a lógica da Segurança Cidadã, o Governo Federal, através da SENASP/MJ, lança o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) que visa articular políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção, buscando atingir as causas da violência, sem desprezar as técnicas de modernização tecnológicas e aparelhamento das polícias, principalmente, no que tange à repressão ao crime organizado.

Entre os principais eixos do Pronasci destaca-se o envolvimento da comunidade na prevenção da violência, a partir da capacitação dos profissionais da área da segurança e lideranças comunitárias, legitimando como espaço de diálogo os Conselhos Comunitários de Segurança, estimulando e financiando a execução de projetos, prioritariamente, voltados para jovens em situação de risco social e em conflito com a lei penal, oferecendo estrutura básica para ajuste das ações às realidades regionais, focando, sobretudo, um trabalho de rede, ou seja, envolvendo diversos setores governamentais e não-governamentais.

O projeto Mulheres da Paz foi criado no âmbito do PRONASCI e tem como objetivo incentivar mulheres, por meio de transferência direta, a construir e fortalecer redes de prevenção e enfrentamento às violências, com foco principal na juventude, interagindo com as famílias e o meio onde vivem, utilizando como estratégia a capacitação de mulheres com perfil de líderes comunitárias para que possam se organizar dentro das comunidades, fazendo valer suas demandas e reivindicações.

O PRONASCI é um programa desenvolvido pelo Ministério da Justiça e marca uma iniciativa inédita no país, ao enfrentamento da criminalidade, articulando políticas de segurança com ações sociais, razão por que ganha campo nas instituições policiais a filosofia do policiamento comunitário, ou polícia de aproximação, favorecendo a criação de redes de relacionamento inter e intrainstitucional, tendo com requisitos básicos o diálogo e a confiança.

Mantendo a coerência dos seus propósitos, o PRONASCI elegeu como meta prioritária a requalificação das forças de segurança e envolvimento de toda a sociedade, na implementação de políticas públicas voltadas para os jovens entre 15 e 24 anos que estão à beira da criminalidade, ou, já se encontram em conflito com a lei, priorizando a prevenção sem abrir mão das estratégias repressivas de ordenamento social.

Devemos considerar a prática policial desenvolvida a partir da filosofia de polícia comunitária como a possibilidade de estabelecimento de um pacto entre o poder público e a sociedade civil na busca de soluções proativas para a redução dos índices de violência.

Neste trabalho, definimos os territórios como sendo um local, no âmbito espacial delimitado, bem como espaço onde as relações sociais se articulam e se opõem em torno de interesses comuns. Nesta perspectiva, afirma Tânia Fischer (1993) que a análise do local remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao espaço de identidades e práticas políticas específicas.

Nas suas reflexões, explica a citada professora que ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores.

Villasant (apud FISCHER, 1993) conceitua rede como o conjunto de relações que se podem identificar entre diversos coletivos, gerando o chamado tecido social associativo, que estabelecem vínculos simbólicos e os comportamentos que se mantêm em uma estrutura social, onde entendemos estar a influência do poder.

Fischer ao analisar o sentido do poder nas relações sociais, afirma que pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir, quanto a capacidade de produzir comportamentos específicos, associado ao caráter relacional recíproco.

Por outro lado, o poder também sugere desequilíbrio, no momento em que há atores que exercem o poder enquanto outros a ele se submetem.

Portanto, o equilíbrio no exercício do poder, no bojo das ações comprometidas com a gestão progressista, apesar do simbolismo da representação de forças antagônicas, deve garantir a margem de liberdade e liberdade de ação, quebrando a lógica da relação verticalizada.

O PRONASCI pretende colocar a segurança pública em um lugar de destaque no cenário político institucional, alcançando o respeito e confiança da sociedade, criando ações voltadas para resolver situações de pública relevância, em uma perspectiva que supera a idéia de governo, tendo em vista que outros atores agem sobre o problema¹.

2.2 GOVERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA

O projeto Mulheres da Paz foi gerado pelo governo, em nível federal e estadual, para intervenção nos municípios, com a perspectiva de capacitação das mulheres, a fim de que estas realizassem atividades programadas nas comunidades, voltadas para, de maneira indireta, intervir no sistema de violência, já instituído na base da sociedade.

¹ Política Pública pode ser definida como ação pública complexa e multifatorial, voltada à resolução de um problema de pública relevância (BULLOSA, 2009).

A estudiosa dos assuntos relacionados à violência, Cida Tripodi (2001) a conceitua como forma de agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, sua família, seus amigos. Presente em toda sociedade, das favelas aos bairros sofisticados.

Para o sociólogo, Gey Espinheira (2001), a violência que se funda sobre as desigualdades e a eliminação física do outro, é a sua expressão mais extrema. Para o referido autor marginalidade e a exclusão são as fontes da violência necessária aquela que se funda em elementos objetivo das relações humanas, enquanto que as diferenças são inspiração da violência desnecessária, que depende do subjetivismo de cada indivíduo, como se fossem, atitudes absolutamente injustificáveis, pois, trata do desrespeito daquilo que é particular.

Prossegue o citado autor dizendo que a violência necessária não é uma doença, mas sim uma resposta social que se manifesta em uma pluralidade de ações e de direções.

O território de Tancredo Neves foi elencado entre os bairros com grande incidência de crimes, conforme dados estatísticos levantados pelos órgãos de segurança pública, ver tabela abaixo, sobretudo no que se refere aos indicadores de crimes contra a vida, lugar onde é comum a convivência com a insegurança.

**Tabela 1 –
Principais Registros de Ocorrências Policiais no Bairro de Tancredo Neves Período: Janeiro a Dezembro**

Registros	2009	2010
HOMICÍDIO DOLOSO	34	35
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	32	17
ROUBO SEGUIDO DE MORTE	0	0
ROUBO A ONIBUS URBANO	2	2
ROUBO A BANCO	0	0
ROUBO EM CASA COMERCIAL	22	27
ROUBO EM RESIDÊNCIA	1	4
ROUBO A TRANSEUNTE	117	111
ROUBO A VEÍCULO	10	16
FURTO DE VEÍCULO	6	3

Fonte: CEDEP

Dados sujeitos a correção

Apesar de constar de relatório elaborado pelos técnicos da SEDES a avaliação de que houve redução significativa da violência no território de Tancredo Neves, em virtude da atuação da polícia pacificadora, a tabela acima nos apresenta um discreto aumento no crime de homicídio, tipo de crime que ajuda a identificar as áreas onde o problema da violência se agudiza, justificando a implementação de ações sócio policiais.

As tabelas seguintes nos apresentam dados que situam a área integrada de segurança pública que abrange o território de Tancredo Neves, AISP 13, em relação às demais, cujas características sócio econômicas se assemelham, revelando a informação que coloca a AISP 13 entre as mais violentas, representando mais de 60% dos homicídios ocorridos em Salvador, apesar de o exemplo comparativo entre os anos de 2009 e 2010, apresentar redução da escalada criminosa, coincidindo com a implementação de ações sócio policiais, ressaltando-se aí o estímulo à qualificação do policial na perspectiva do policiamento comunitário, mas, também, um forte investimento no aparelhamento policial reativo, a fim de combater a criminalidade enraizada.

Tabela 2
Principais Registros de Ocorrências Policiais em Salvador
Comparativo 2009/2010

REGISTROS	AISP 6 NORDESTE DE AMARALINA 2009/2010	AISP 7 LIBERDADE 2009/2010	AISP 13 *NARANDIBA 2009/2010	AISP 16 PERIPERI 2009/2010	AISP 18 PAU DA LIMA 2009/2010	TOTAL 2009/2010
Homicídio Doloso	48/61	144/116	251/171	237/233	147/145	827/726
Tentativa de Homicídio	43/25	56/68	163/96	119/106	86/95	467/390
Usuário de Drogas	32/21	56/21	184/146	85/49	27/38	384/275
Apreensão de Arma de Fogo	16/15	26/23	92/90	70/43	37/57	241/228

Fonte: CEDEP

Tabela 3
Comparativo Salvador/AISP 13

REGISTROS	TOTAL SALVADOR 2009	AISP 13 2009	% 2009	TOTAL SALVADOR 2010	AISP 13 2010	% 2010
Homicídio Doloso	1.736	251	14%	1.639	171	10%
Tentativa de Homicídio	861	163	19%	776	96	12%
Usuário de Drogas	1.270	184	14%	994	146	15%
Apreensão de Arma de Fogo	926	92	10%	538	90	17%

Fonte: CEDEP

Estudando a questão social da violência, diz o professor Gey Espinheira (2001) que:

Nos bairros periféricos a presença de cadáveres nas ruas ao amanhecer do dia é recorrente...: Os mortos assassinados por homens por homens encapuzados que retiram outros homens de suas casas à noite em presença de seus familiares e os levam para a morte, mas também os assassinatos dentro da moradia nos bares, nas calçadas e outros...

A cena transcrita acima se encaixa na realidade do bairro Tancredo Neves, não diferente de outros bairros periféricos em Salvador que além da violência materializada nos delitos, sofrem com a violência do desemprego, da fome, da falta de recursos nas áreas de educação, saúde, transporte urbano, lazer, carecendo de políticas públicas.

O estudo do fenômeno da violência urbana é um dos elementos essenciais para a compreensão de projetos com a inspiração que motivou a mobilização do grupo “Mulheres da Paz” na comunidade de Tancredo Neves.

Em uma visão mais ampliada da realidade, consideramos oportuno citar Rique e Lima (2003, p. 13 apud LYRA, 2008):

Buscando elucidar a questão histórica da violência no cenário brasileiro, acredita-se que o problema da violência e do desrespeito aos direitos humanos é antigo no Brasil e deita raízes no tempo da escravidão, numa cultura de mando, em que algumas oligarquias rurais mandavam, e pouca distinção havia entre o público e o privado.

O citado autor refere-se a uma cultura em que a pobreza e a violência social se constituíam como mazelas decorrentes da ação do Estado repressor aliado à força dos setores dominantes.

Apesar do processo de redemocratização do Brasil, a violência torna-se cada vez mais grave, favorecendo à cultura do medo, que leva a população ao silêncio em razão da convivência diária com várias expressões do crime. Nesse cenário, cabe ao Estado buscar soluções criativas, impondo transformações nos modelos de gestão dos órgãos envolvidos e nessa linha de raciocínio, diz Borja (1997, apud LYRA, 2008):

...a partir da percepção de que o Estado não se mostra plenamente capaz de corresponder satisfatoriamente a todos os clamores sociais, haveria a necessidade de se valorizar uma maior integração entre o Estado e a sociedade civil, porquanto a cooperação social seria, hoje, imprescindível para enfrentar problemas cuja natureza ou intensidade são ainda desconhecidos.

No nosso entendimento, a pobreza não é um fator dominante para a violência refletida nas ações de criminosos. Certo é que a população de baixa renda é mais vulnerável aos impactos do crescimento das cidades. Parafraseando Alba Zaluar (2001) reduzir a questão da violência à pobreza e à desigualdade impedem o entendimento mais complexo do problema, dificultando a compreensão dos diversos conflitos na arena social e política.

Podemos levantar a hipótese de que o crime organizado aproveita a ausência e/ou ineficiência do Estado para arregimentar seus “soldados”, jovens adultos, adolescentes e crianças, instalando um clima de terror nas comunidades, criando uma economia da contravenção e do crime, regida por leis de competitividade entre grupos de pessoas que remontam a barbárie.

Diante dos aspectos evidenciados, se faz urgente pensarmos sobre o tipo de Estado que precisamos para estabelecer a segurança, vista como direito essencial. Previsto no texto da nossa constituição, junto à outros direitos ainda carentes de efetividade.

Um Estado que ofereça condições de mutação dos conceitos tradicionais criando as condições para novas alternativas que possibilitem a geração de mecanismos para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Preferimos de início tomar a tipologia tradicional das formas de governo baseado em Bobbio (1988) em seguida, consideramos significativas as idéias de Boaventura (1999) para indicar o que serve de suporte à um Estado renovado com a perspectiva de compreender a relação Estado x Comunidade, onde o diálogo faz parte das mudanças sociais desejadas na sociedade. Ao incluirmos a ideia de legitimação em Weber consideramos que nesta idéia esta compreendida um mínimo de consenso e de aceitação da autoridade seja: 1º) legitimação pelo consentimento dos governados; 2º) poder natural (pai x filho); e 3º) pena imposta aos derrotados numa guerra injusta. O Estado, segundo Weber, é o monopólio da força legítima – Esta é uma concepção realista tradicional da política.

Sociologicamente o Estado pode ser definido, em última análise, como um meio específico que lhe pertence como toda associação política: a força física para validar o realismo dessa afirmação.

Weber citando Trotski em Brest Litovski: todo Estado é fundado na força (gewalt) (apud BOBBIO, 1988).

Kelsen (apud BOBBIO, 1988) assevera que o Estado é a ordenação jurídica que tem o uso exclusivo do poder de coação como atribuição de suas normas.

Diante do elevado nível de violência que vivenciamos hoje no mundo, no Brasil, percebemos a necessidade de repensarmos um Estado que favoreça não só ao suprimento das necessidades de subsistência, mas, a elevação do nível de vida da população, criando-se uma consciência crítica da realidade, de forma particular e global, buscando meios de intervenção com a perspectiva de transformação e realização de uma política de segurança interna, que

garanta o acesso aos direitos, assim como temos alcançado a mediação de conflitos externos, como assegura Norberto Bobbio (apud TOURAINE, 2002), ao afirmar que associou com justiça a democracia ao controle da violência, chegando até a lembrar que da metade do século passado até então, nenhum conflito bélico aconteceu entre duas democracias.

Prosseguindo na busca do entendimento do cenário sócio político, nos debruçamos no estudo das idéias de Boaventura que aponta dois paradigmas de transformação social:

- a revolução.
- o reformismo.

Este último dominou nos países centrais e por todo sistema mundial.

Ficamos a pensar: é o Estado ou a sociedade a entidade problemática?

Segundo Boaventura (1999) a sociedade sendo considerada entidade problemática, torna-se objeto de reforma e o Estado a solução, tornando-se sujeito da reforma, enquanto que, sendo o Estado objeto da reforma, torna-se ele próprio problemático e se transforma em um objeto da reforma.

Boaventura levanta a seguinte questão: hoje, quando o Estado se constitui como objeto de reforma – quem é o sujeito da reforma? A sociedade? o próprio Estado se auto reforma?

Existem diferentes alternativas de reforma seus produtores:

- analisar o contexto social e político do movimento para reforma do Estado.
- concentrar a reforma no Terceiro Setor.

Existem três princípios que regulam a modernidade:

- princípio do Estado;
- princípio do mercado; e
- princípio da comunidade.

Neste trabalho consideramos de grande importância abordar a questão do terceiro setor em razão de ressaltar, o princípio da comunidade que, segundo Boaventura (1999), consegue destronar a hegemonia que os outros pilares, princípios do Estado e o princípio do mercado, partilharam até agora com diferentes pesos relativos a diferentes períodos.

Na sua abordagem, Boaventura diz que o grande teorizador do princípio da comunidade foi Rousseau que o concebeu como contra ponto indispensável do princípio do Estado. Enquanto este último estabelecia a obrigação política vertical entre cidadãos e o Estado, o princípio de comunidade afirmava a obrigação política horizontal e solidária de cidadão a cidadão. Segundo Boaventura, é esta obrigação política originária que estabelece a inalienabilidade da soberania do povo de que deriva a obrigação política com o Estado.

Com a perspectiva da reinvenção do Estado, surgem as designações: “Estado Empresário” e o “novíssimo movimento social”, ficando ultrapassadas as teorias liberais e marxistas do Estado emergindo uma nova organização política mais ampla, fragmentada e heterogênea no que se refere às suas fontes e sua lógica.

Vemos assim, que o Estado perde o controle da “meta-regulação” como a seleção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais que por sub contratação política adquirem concessão do poder estatal.

O espaço público se amplia com a comunidade, seus agentes, sua população.

A luta pela democratização do espaço não é estatal é significativa. Aí o Estado luta para assegurar as regras do jogo entre interesses setoriais. Aí se dá, além dos interesses, a competição, a luta para se criar um espaço democrático de participação, onde a cidadania deve ser exercida no nível de capacitação para reivindicar direitos, deveres e, principalmente, estabelecer condições para a aquisição de saberes e de uma consciência crítica que garanta o empoderamento de um grupo, da população, que só possui a força de trabalhar para sobreviver, vivendo em condições de pobreza e exclusão.

Sabemos que a democracia foi sempre empregada para designar uma das formas de governo, umas das formas de exercer o poder político.

Existem conceitos de democracia com base na concepção liberal, “que se choca com a realidade brutal da desigualdade e conduz a pensamentos contemporâneos a uma direção oposta, para o retorno ao iluminismo”. A democracia exige que as propostas sejam discutidas e para concluir, sejam aceitas por todos.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia. Sem democracia não existem as condições mínimas para solução pacífica dos conflitos.

Direitos do Homem, Democracia e Paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem Direitos do Homem reconhecidos e protegidos, não há Democracia, sem Democracia não existem as condições mínimas para solução pacífica dos conflitos.

Democracia, palavra de origem grega, significando governo do povo, sistema no qual todos dispõem de parcela igual de poder, uma realidade muito rara de se estabelecer nas organizações, comunidades e sociedades inteiras, face à complexidade das relações ali desenvolvidas. Isto se deve ao fato de que a definição de todos quase sempre exclui alguns, na medida em que as democracias políticas serem na verdade democracias representativas, nas quais cidadãos elegem representantes que, na prática, detêm e exercem a autoridade política.

A democracia é antes de tudo um regime político que permite aos atores sociais formarem-se e agirem livremente. São os seus princípios constitutivos que comandam a existência dos próprios atores sociais. Só há atores sociais se combinar a consciência interiorizada de direitos pessoais e coletivos, o reconhecimento da pluralidade dos interesses e das idéias, particularmente dos conflitos entre dominantes e dominados, e, enfim, a responsabilidade de cada um a respeito das orientações culturais comuns. Isso se traduz, na ordem das instituições políticas por três princípios: o reconhecimento dos direitos fundamentais que o poder deve respeitar; a representatividade social dos dirigentes e da sua política; a consciência da cidadania; do fato de pertencer a uma coletividade fundada sobre o direito.

Modernamente, o pensamento liberal substituiu tão completamente o movimento revolucionário como defensor da democracia que esta parece melhor definida como respeito às minorias que pelo governo da maioria e aparece como inseparável da economia de mercado.

A democracia, isto é, a livre escolha dos governantes pelos governados só pode existir se a liberdade dispuser de um espaço indestrutível, se o campo do poder for mais limitado que a organização social e das escolhas individuais. Essa condição necessária não é, porém, suficiente. Se o poder deve ser limitado, é preciso também que os atores sociais se sintam responsáveis pela sua própria liberdade, reconheçam o valor e os direitos da pessoa humana, não definam os outros a si mesmos apenas pela coletividade em que nasceram, ou por seus interesses. Não há democracia válida sem esta responsabilidade que os meios educativos em particular a família e a escola, mas também o “per group”, fazem nascer e desaparecer.

Para Habermas (apud TOURAINE, 2002), filósofo alemão:

Não nos devemos contentar com os compromissos oferecidos pela política liberal, nem mesmo com uma tolerância que justapõe os particularismos em vez de integrá-los. Devemos aceitar que não há democracia sem cidadania, e não há cidadania sem acordo, não apenas sobre procedimentos e instituições, mas também sobre conteúdos.

Enfatizando o referido autor a importância da comunicação, discussão e argumentação como caminhos mais autênticos para se chegar a uma norma social universalista, refletindo um comportamento de respeito e de escuta do outro como fundamentos sólidos da democracia.

Portanto, se faz mister à construção da democracia que os governados queiram escolher seus governantes, queiram participar da vida democrática, o que supõe uma consciência de pertencer a sociedade política (TOURAINE, 2002).

As assertivas acima conduzem a reflexão de que as desigualdades que assolam a sociedade brasileira fazem com que a população não possua o sentimento de um bem comum, fundamento da democracia, para que ela exista com uma certa igualdade de condições.

Se os negócios públicos aparecem aos cidadãos como estranhos aos seus próprios interesses, por que se preocupariam eles?

Ser cidadão é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições que respeitam os direitos individuais e coletivos e permitem uma representação das idéias e desses interesses, devendo o Estado criar as condições objetivas para que as políticas públicas de caráter participativo possam acontecer, sob pena de o diálogo perder credibilidade e cairmos em uma total anomia.

2.3 DIÁLOGO E DIALOG-AÇÃO EM RELAÇÃO AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Vimos que o princípio da comunidade amplia o espaço entre o Estado e a comunidade, para o diálogo e a participação democrática nos lugares onde se busca a vez e a voz da população.

Toda pedagogia de Paulo Freire propõe uma permanente “diálogo-ação” das pessoas entre si e de todos com a realidade circundante, com vistas à construção coletiva da história.

A proposta do grupo Mulheres da Paz pretende assegurar essa relação dialógica entre parceiros afinados nos ideais de auto-aperfeiçoamento e da comunidade envolvida no projeto de reduzir a violência local na busca da paz. Nesse processo as pessoas aprendem e ensinam, em meio a uma ação reflexiva.

Nessa relação de entre ajuda é que torna presente todo processo de empoderamento, criando uma consciência crítica para superar os obstáculos dos caminhos a serem trilhados para mudança, reconhecendo, nessa dinâmica o seu papel e dos outros.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* propõe que o excluído tire o opressor do seu interior e lute pelo sonho da humanização, cuja concretização é sempre um processo que passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica.

Para Paulo Freire (1992) a conscientização não pode parar no desvelamento da realidade, pois, a sua autenticidade se dá quando a prática está imbricada com a prática transformadora, constituindo uma unidade dinâmica e dialética.

Ao estudarmos as teorias que sustentam a possibilidade de comunicação entre sujeitos que ocupam diferentes posições na sociedade, sobretudo, criando a possibilidade de democratizar poder e a tomada de decisão, nos encontramos com Habermas (apud TOURAINE, 1994) nos alertando que não nos devemos contentar com os compromissos oferecidos pela política liberal, nem mesmo com uma tolerância que justapõe os particularismos em vez de integrá-los, devemos aceitar que não há democracia sem cidadania, e não há cidadania sem acordo, não apenas sobre procedimentos e instituições, mas também sobre conteúdos, colocando o consenso como imprescindível à razão comunicativa.

Paulo Freire, por sua vez, amplia a noção de consenso e esclarece que a tolerância na comunicação não se confunde com a convivência, com a radicalidade, com o sectarismo nas argumentações, respeitando o contexto e a diversidade cultural, portanto, aceitando a multiplicidade dos sujeitos.

Na nossa compreensão o estabelecimento de um diálogo apropriado no espaço político que se pretende democrático, prescinde do uso de metodologias que atendam aos objetivos de produzir conhecimento interativo, que valorize as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo e, finalmente, que vise para mobilização no espaço público toda riqueza do humano.

Entendemos que uma comunidade empoderada os indivíduos compartilham dos problemas que emergem no território e buscam alternativa de ação, pela perspectiva coletiva,

promovendo a interação com os outros, onde há trocas de informações com conteúdos simbólicos que se expressam na relação dialógica.

No processo de dialoga-ação para solução dos problemas da criminalidade nos territórios selecionados, o modelo de policiamento centrado na participação social na gestão da segurança pública é recomendado por vários estudiosos no assunto e como assegura o colombiano Hugo Acero Veslásquez, responsável pela implementação de ações no seu país de origem, que inspiraram o PRONASCI, a confiança na polícia é conquistada trabalhando próximo aos cidadãos e produzindo resultados significativos na redução do crime e da violência.

Nos estudos de polícia e sociedade, Ivone Freire Costa (2004), chama atenção como a falta de confiança na Polícia constitui fator negativo de seu desempenho junto a sociedade e prejudica a avaliação o seu papel na sociedade como instituição de proteção. Argumenta que a relação da Polícia com a sociedade apresenta-se complexa e paradoxal porque expressa de um lado, desconfiança e medo, do outro: confiança e cumplicidade. Esta confiança, de acordo com os achados da pesquisa está associada a estratégias de proteção individual que associa atores sociais ao avanço da cultura da violência, por que resultante de negociações entre traficantes, chefes de família e policiais em desvio, no ambiente da contravenção social. Ela analisa tais ocorrências como um dos principais desafios a ser superado para construção das políticas de segurança com cidadania.

Atualmente, o propósito de polícia comunitária integra um projeto nacional, onde a Secretaria Nacional de Segurança Pública, desde a sua criação, vem mobilizando as instituições policiais no sentido de fortalecer a idéia de policiamento comunitário como uma das ferramentas para democratização de suas ações, acompanhando, portanto, o processo de redemocratização do país.

Pensar no policiamento comunitário significa modernizar a relação entre polícia e sociedade, onde esta se faz presente nas discussões e soluções dos problemas da segurança pública, deixando o lugar de oponente para co-responsável.

Para Skolnick e Bayley (2002) a filosofia do policiamento comunitário, na sua formulação original, tem dentre seus princípios o aumento da responsabilização das comunidades locais visando a organização da prevenção do crime, razão por que consideramos que os processos de diálogos e dialog-ação em relação ao policiamento comunitário são categorias que qualificam as práticas entre a polícia e a comunidade.

3 DIÁLOGOS ENTRE GOVERNO E COMUNIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO MULHERES DA PAZ NO TERRITÓRIO DE TANCREDO NEVES

A análise da experiência buscou responder como se expressam as relações entre os atores envolvidos na implementação das ações do Projeto Mulheres da Paz no território de Tancredo Neves, contemplado pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

Primeiramente, apresentamos o perfil da área em estudo, suas delimitações e elementos do espaço amostral. Em seguida, procedemos a análise dos achados de campo, chamando atenção para um fato significativo da pesquisa: do total dos personagens entrevistados, em todas as questões foi encontrado um elevado percentual de não respondentes, chegando a 90% em algumas questões. Tal situação revelou uma condição específica desse estudo, que pode ser interpretada como: baixo comprometimento projeto; e, desconhecimento do projeto; descrédito na política pública de segurança com cidadania; mobilização precária dos atores necessários à implementação do projeto.

Figura 4 - Mapa do bairro Tancredo Neves



O bairro de Tancredo Neves integra a 13ª AISP, Área Integrada de Segurança Pública, de responsabilidade policial da 23ª CIPM/ Companhia da Polícia Militar e 11ª Delegacia Territorial.

A SSP – Secretaria Estadual de Segurança Pública, tem como órgão gestor das políticas de articulação em nível inter e intrainstitucional para o desenvolvimento das ações de segurança com cidadania o SIAP – Superintendência de Gestão Integrada de Ação Policial.

Na Bahia, o projeto Mulheres da Paz é executado através do convênio entre o Ministério da Justiça e o governo estadual, estando sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, a partir do ano de 2008.

Os grupos das Mulheres da Paz foram firmados considerando os objetivos do projeto de capacita-las para uma atuação qualificada em suas comunidades, atuando como lideranças comunitárias junto às famílias, que se encontravam em alto grau de vulnerabilidade social. Conforme dados constantes do Relatório Trimestral de Atividades, e julho a dezembro de 2010, das 700 (setecentas) mulheres selecionadas para atuação em Salvador e na Região Metropolitanas. Sob a responsabilidade da AVANTE Educação e Mobilização, durante seis meses, para atuarem nos seus territórios de origem, houve desistência de 105 cento e cinco, apontando como motivação aos afastamentos a inserção no mercado de trabalho, mudança de bairro ou estado, indisponibilidade de tempo e falta de adaptação ao projeto.

O Território da Paz foi constituído na medida em que um conjunto de ações eram implementadas com o objetivo de pacificação do local, do ponto de vista da segurança pública, tendo como sustentáculo a melhoria da convivência social. Em Salvador, o lançamento do projeto ocorreu em 29 de julho de 2009, com a presença de diversas autoridades e das trezentas mulheres selecionadas.

A matriz curricular do curso de capacitação abrangeu os seguintes temas centrais: Relações Sociais e Direitos Humanos; Mediação de Conflitos e Cultura de Paz; Questões de Identidade e Políticas Públicas.

As mulheres selecionadas se encaixaram nas condições exigidas no ato das inscrições de ter maioridade, renda mensal familiar de até dois salários mínimos e residir nas comunidades das regiões indicadas pelo PRONASCI e domínio da leitura e escrita.

A avaliação durante a formação foi feita com atividades transversais: avaliação oral e escrita, através dos relatórios e participação nas atividades.

Todas as mulheres selecionadas foram contempladas com uma bolsa no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), com previsão de término de pagamento no dia 31 de maio de 2011.

Nossa pesquisa teve início no momento em que as mulheres estavam em atuação no campo, no caso de Tancredo Neves/Beiru, local pesquisado, segundo dados do IBGE, conta com 47.506 habitantes, foi cedido como espaço para capacitação o CEIFAR – Centro de Integração Familiar, onde a primeira turma teve início em 21 de outubro de 2009, com trinta e duas mulheres e encerrou as atividades em outubro de 2010 com trinta e três frequentadoras. A segunda turma iniciou suas atividades em 31 de novembro de 2009, com vinte e três mulheres e , posteriormente foi chamado o cadastro reserva, finalizando com vinte e oito mulheres.

A gestão do projeto ficou a cargo da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SEDES, funcionando em um espaço não identificado com o logo do PRONASCI/Governo Federal, mas junto a execução de outros projetos, como Bolsa Família, Água para Todos, Jovens Baianos, Desenvolvimento Social de Povos e Comunidades Tradicionais, Leite Fome Zero, Restaurante Popular, Pescando Renda, Cisternas, Nossa Sopa, Bahia Acolhe, Cozinhas Comunitárias, Programa de Segurança Alimentar e Nacional para Acampados e Pré assentados.

O PRONASCI, na condição de um programa nacional foi adaptado à realidade dos territórios locais, pela equipe técnica da SEDES.

No desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz, cada mulher acompanhava dez famílias, fazendo visitas domiciliares, mapeando a rede, ou seja, as instituições que oferecessem o serviço de assistência, a fim de indicar a instituição responsável a viabilizar a solução dos problemas identificados, tendo sido criada um cartilha para auxiliar na atuação das mulheres, constando relação de órgãos governamentais e parceiros não governamentais que integram a rede de atenção, seja no âmbito da polícia, educação, saúde, justiça, psicológica, entre outros.

O acompanhamento da equipe técnica junto aos grupos de mulheres é semanal, em reuniões, onde é aplicado questionário psicossocial, fazendo também avaliação das visitas através de relatórios mensais, sendo que o recebimento da bolsa fica condicionado ao atingimento da meta de visita a dez famílias.

Nos relatórios técnicos de avaliação do projeto foi mencionado como dificuldade para implementação do Projeto a precariedade dos espaços encontrados para execução do projeto, sempre improvisados, atuando em prédios públicos emprestados, a exemplo de escolas, bem como igrejas, associações de moradores, dificultando a agenda das reuniões.

Foi apontado também o medo que as mulheres têm de vestir a camisa com identificação do projeto e serem associadas a polícia, porque a maioria delas mora em áreas dominadas pelo tráfico de drogas, junto à dificuldade encontrada na rede sócio assistencial, não atendendo as demandas da população.

3.1 A VISÃO DOS POLICIAIS, TÉCNICOS E MULHERES

Neste capítulo sintetizamos os resultados da pesquisa de campo, que teve como objetivo conhecer como se expressam os diálogos nas relações entre os policiais que atuam no território da paz, os técnicos do projeto e mulheres selecionadas. Para tanto foram utilizadas várias técnicas de investigação (reuniões, palestras, questionários) onde ressaltamos o grupo focal, além da observação da experiência do Rio de Janeiro, conforme consta do apêndice 1.

Os principais achados da pesquisa revelaram que o diálogo entre governo e sociedade carece de uma metodologia fundada nos princípios da democracia que envolva todos os participantes na construção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que têm como objetivo realizar ações que visem a melhoria dos espaços urbanos, com características geográficas e humanas do território de Tancredo Neves.

Outro aspecto importante é que há uma demanda social por uma adequação apropriada dos espaços físicos para o funcionamento dos projetos de cunho social, nas comunidades carentes e de projetos de ação mais prolongada, criando raízes profundas para os desdobramentos esperados, de caráter emancipatórios.

A insuficiência dos recursos físicos, financeiros e de logística em geral constitui-se aspecto relevante a ser observado pelos gestores das políticas.

Conforme podemos observar nas representações gráficas abaixo, existe um número significativo de não respondentes. Para a pesquisa isto se constitui um dado relevante, merecendo levantar as suposições de que o policial não acredita na filosofia do policiamento comunitário e prefere se omitir; baixo comprometimento com o projeto e/ou desconhecimento

do mesmo; descrédito na política pública de segurança com cidadania; mobilização precária dos atores necessários à implementação do projeto.

Em tais circunstâncias, um programa de formação qualificada voltada para a conscientização desses policiais será de grande valor pra implementação de políticas nesse campo. Nessa perspectiva Balestreri (2003) ao apresentar o policial como protagonista caminha nesta direção.

Quanto à multiplicação do modelo de policiamento comunitário, 54,5% dos policiais respondentes recomendariam sua implantação em outros territórios, enquanto que 4,5% tiveram dúvidas quanto ao modelo. Os que responderam positivamente justificaram suas posições afirmando que o modelo de policiamento comunitário estreita relações entre a polícia e a comunidade, facilita o trabalho policial, salientando que os resultados têm sido positivos. Nesse diapasão, 31,8% dos entrevistados se consideraram preparados para atuar em Tancredo Neves, divergindo dessa posição 9,1% não compartilharam desse sentimento, enquanto que 18,2% tomaram posição intermediária, mais ou menos aptos.

Os representantes da equipe multidisciplinar entrevistados apontaram como problemas que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, a topografia do bairro, a desconfiança da população envolvida com a violência, a falta de apoio da prefeitura, o medo de represálias dos traficantes da área e a dificuldade do trabalho em rede, avaliando, entretanto, que a participação das mulheres foi positiva.

Através da análise dos questionários fomos informados que a solução dos problemas que surgem no bojo do projeto são resolvidos pelo grupo de mulheres da paz e/ou conjuntamente com a coordenação, ainda que as condições das instalações físicas do projeto fossem insatisfatórias, sem espaço definido para as atividades nos territórios, além de carência do transporte no bairro.

Fomos informados que o trabalho da polícia militar é bom, mas precisa melhorar e que o projeto Mulheres da Paz ajudou as mulheres da comunidade a melhorar os laços entre a polícia e a comunidade, contribuindo para resgatar a credibilidade na ação da polícia.

Com a técnica do grupo focal obtivemos a maior expressão da pesquisa de campo, onde integramos representantes da polícia civil, polícia militar, mulheres da paz e técnicos do projeto, onde o diálogo se fez presente, não somente com a palavra, mas também, com movimentos corporais, expressões faciais, verdadeiros sinais da cultura do lugar, e os reflexos da condição da posição que cada um ocupa na sociedade.

Representamos abaixo a interpretação de outros dados tabulados:

a) Segurança com cidadania sob a ótica dos policiais.

Tabela 4
Na sua opinião o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia, a comunidade e o projeto que você vem participando, aqui em Tancredo Neves?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Sim	10	45,5	90,9
	Outros	1	4,5	9,1
	Total	11	50,0	100,0
Não respondeu		11	50,0	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Do total dos entrevistados 45,5% afirmaram que o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia e a comunidade, favorecendo a realização de projetos voltados para redução da criminalidade e a interação da população com a polícia. Conforme discutido no referencial, o modelo de policiamento comunitário prescinde do diálogo e da confiança na relação entre os agentes da ação, cada um dentro da sua posição no projeto, abertos as trocas de experiências visando o bem comum.

Conforme visto nas demais questões permanece nesta um elevado percentual de não respondentes.

Tabela 5
De que forma?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Favorecendo a Interação	8	36,4	100,0
Não respondeu		14	63,6	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Sob a ótica de 36,4% dos policiais o modelo de policiamento comunitário favorece à integração, valendo salientar que esse baixo percentual de resposta pode ser compensado pela qualidade da resposta, no momento em que a interação se constitui no principal indicador das

possibilidades de uma comunicação dialógica, assentada no respeito ao outro como pessoa, transpondo deste modo, a racionalidade instrumental que vê o outro como isto ou um simples objeto de intervenção, vindo, portanto, ao encontro da concepção original formulada por Bayley (2002), onde o autor assevera que o policiamento comunitário torna-se significativo para a sociedade nas ações que levam em conta o mundo ao seu redor.

Tabela 6
Existem projetos na cidade do Salvador que você avalia como promotores de novas formas de convivência humana, segurança e paz? Quais?

		Frequência	Percentual	Percentual Válido (%)
Válido	Pronasci	1	4,0	14,2
	PROERD	2	8,0	28,4
	Território da Paz	3	12,0	42,6
	Projeto Axé, Cipó, Viver, entre outros	1	4,0	14,2
	Total	7	28,0	100,0
Não respondeu		18	72,0	
Total		25	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

42% dos policiais entrevistados consideram que os projetos desenvolvidos nos territórios da paz são promotores de novas formas de convivência humana, contribuindo para a segurança e a paz, valendo ressaltar que no quadro em análise surge um dado positivo, no que se refere ao próprio conhecimento de projetos que guardam em si o olhar para inclusão de jovens e afastamento destes das condutas contrárias à lei, significando também, que parte de nossos entrevistados, interessados nos novos modelos de gestão da segurança possam atuar como agentes multiplicadores, dando exemplos na sua atuação enquanto policiais/educadores.

Entre os projetos citados, notamos a ausência do PROTEJO, voltado para inclusão de jovens em situação de risco pessoal e social em virtude das condições sociais e por contas de sus condutas, integrando as ações do PRONASCI para articulação com o projeto Mulheres da Paz.

Tabela 7
O Projeto Mulheres da Paz aqui em Tancredo Neves é diferente?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Cumulative Percentual
Válido	Sim	1	4,5	33,3	33,3
	Não	2	9,1	66,7	100,0
	Total	3	13,6	100,0	
Não respondeu		19	86,4		
Total		22	100,0		

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos vinte e dois questionários aplicados, apenas um entrevistado considerou o Projeto Mulheres da Paz diferente, pelo fato de os protagonistas serem mulheres da própria comunidade, conhecedoras da realidade do bairro, enquanto que 86,4% não responderam, levantando a suposição de falta de engajamento com o projeto, pelas dificuldades já mencionadas.

Apesar de o projeto Mulheres da Paz ter sido gestado no âmbito da segurança e justiça com ação social, ficou latente nas observações que fizemos a visão estratégica dos técnicos e mulheres selecionadas de evitarem a marca da polícia no corpo a corpo com a comunidade, tendo em vista que a polícia trás consigo o estigma de força reativa contra a criminalidade, associada a alguns ações desrespeitosas direcionadas às famílias das comunidades. Donde concluímos que o elemento medo afastou a possibilidade de estreitamento dos diálogos na implementação do projeto Maria da Paz.

Reforçando a análise acima, apresentamos a tabela abaixo, onde aparece aparentemente paradoxal o achado de 95,5% de não resposta como explicação.

Na observação que realizamos no Rio de Janeiro, pudemos perceber uma metodologia diferente da realidade estudada neste trabalho para implementação das ações do PRONASCI, marketing voltado para imagem da polícia de aproximação que iria atuar nas Unidades de Polícia Pacificadora, divulgando o projeto no tocante a qualificação dos policiais e os mecanismos de punição às más condutas, junto a divulgação das ações sociais a serem realizadas pelos demais entes governamentais, com vistas a estabelecer o diálogo com a comunidade. Pelos entrevistados nas favelas visitadas foi repetidamente informado que à polícia caberia garantir os direitos civis dos cidadãos, para que o governo e outros setores da

sociedade possam interagir em prol das ações de cidadania, o que em uma visão prematura nos pareceu favorável àquela implantação.

A metodologia de implantação do projeto Mulheres da Paz, seguiu uma trilha onde os policiais conviviam com projetos sociais em meio a uma realidade de elevada atuação da criminalidade, confundindo-se entre a repressão, em grande escala, e a prevenção, sem espaços definidos, o que, no nosso sentir causou prejuízos ao desenvolvimento das ações e o impacto destas na comunidade, já que, diante da complexidade que envolvem a segurança, as estruturas governamentais não favoreceram ao estabelecimento do ambiente pessoal e institucional para promoção dos diálogos.

Tabela 8
Por quê?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Cumulative Percentual
Válido	Participantes do projeto e comunidade se inter-relacionam	1	4,5	100,0	100,0
Não respondeu		21	95,5		
Total		22	100,0		

Fonte: Pesquisa de Campo

O dado indicado na tabela supra, também nos oferece uma resposta qualitativa, apesar da baixa frequência, na medida em que aponta como diferencial no projeto Mulheres da Paz a interação entre os participantes, demonstrando ter percebido a importância do diálogo na implementação das ações de segurança com cidadania, baseada no requisitos do policiamento comunitário, onde a relação entre os parceiros institucionais e sociedade se estabelecem.

Temos que registrar o fato de o projeto Mulheres da Paz não ter tido um caráter de ação proposta dentro de uma política para integrar o aparato sócio governamental em busca de soluções permanentes diante da complexidade do problema a ser resolvido, mobilizando a comunidade para agir sem criar as condições institucionais de apoio para que os frutos pudessem ser colhidos e a cultura de paz transforma-se em uma realidade.

Tabela 9
Você poderia nos dizer quais são os principais aspectos da realidade daqui do bairro de Tancredo Neves que facilitam a atuação das Mulheres da Paz? Por quê?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	As participantes do projeto são mulheres da própria comunidade	1	4,5	100,0
Não respondeu		21	95,5	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 10 –
E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, existe(m) algum(ns) aqui no bairro de Tancredo Neves?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Sim	2	9,1	66,7
	Não	1	4,5	33,3
	Total	3	13,6	100,0
Não respondeu		19	86,4	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Os que sinalizaram positivamente na questão anterior, justificaram suas respostas dizendo que o trabalho policial é facilitado pelo fato de os participantes ficarem cientes do trabalho policial e suas dificuldades.

Dentre os aspectos que dificultaram as ações do projeto apontaram a violência e o tráfico de drogas e o risco das mulheres do projeto serem confundidas como X9, ou seja, informantes, conforme demonstrado nas tabelas abaixo.

Tabela 11
Quais são eles?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Tráfico de Drogas	1	4,5	50,0
	As mulheres do projeto sejam confundidas com "X9"	1	4,5	50,0
	Total	2	9,1	100,0
Não respondeu		20	90,9	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 12
E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, existe(m) algum(ns) aqui no bairro de Tancredo Neves? * Quais são eles? Crosstabulation

Count

		Quais são eles?		Total
		Tráfico de Drogas	As mulheres do projeto sejam confundidas com "X9"	
E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, existe(m) algum(ns) aqui no bairro de Tancredo Neves?	Sim	1	1	2
Total		1	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 13
Você poderia dizer por que dificultam?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Violência	1	4,5	100,0
Não respondeu		21	95,5	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 14
Você considera que as ações realizadas no projeto Mulheres da paz favorecem ao modelo de policiamento comunitário?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Sim	3	13,6	60,0
	Não	2	9,1	40,0
	Total	5	22,7	100,0
Não respondeu		17	77,3	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

13,6% dos entrevistados afirmaram que o Projeto Mulheres da Paz favoreceu a atuação do policiamento comunitário, justificando suas respostas afirmando que o projeto ajudou aos participantes a ficarem cientes do trabalho policial e suas dificuldades; sendo que 19,1% responderam que não houve nenhuma melhora para a polícia e 77,35 não se manifestaram.

Tabela 15
Por quê?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Cumulative Percentual (%)
Válido	Facilita o trabalho policial	1	4,5	50,0	50,0
	As participantes ficam cientes do trabalho policial e suas dificuldades	1	4,5	50,0	100,0
	Total	2	9,1	100,0	
Não respondeu		20	90,9		
Total		22	100,0		

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 16
O Projeto Mulheres da Paz ajuda a estreitar os laços entre as policias e a comunidade? Em quais aspectos?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Apenas em ocorrências de pequeno porte	1	4,5	50,0
	A comunidade convive e conhece os problemas locais, indicando e ajudando ações policiais	1	4,5	50,0
	Total	2	9,1	100,0
Não respondeu	9	20	90,9	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 17
Quais as atividades do projeto Mulheres da Paz que você participa e/ou participou?

	Frequência	Percentual (%)
Não respondeu ou “nenhum projeto”	22	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

O silêncio apresentado na tabela acima, nos ajuda a confirmar nossa suposição de deficiência na promoção do diálogo entre os policiais e as mulheres da paz, o que poderia de servir de laboratório para o crescimento de ambos os grupos, além de nos revelar a ausência de uma definição do modelo que se pretendia implantar, mobilizando mulheres para acessar a rede de atuação no território, dentro da filosofia do policiamento comunitário, sobretudo porque, no espaço do projeto mulheres da paz, segundo consta na sua concepção, dentro do PRONASCI, cujo objetivo é articular políticas de segurança com ações sociais, tendo como um dos sujeitos principais nesse processo de transformação social, a partir da cooperação entre governo e sociedade civil, os profissionais de segurança pública.

Reforçando as observações já feitas, quanto a motivação dos achados valorados como negativos à implementação do projeto, temos nas tabelas abaixo espelhado que os policiais ao avaliarem a responsabilidade e co-participação da comunidade nas ações de segurança, 18,2% responderam que a comunidade se mostra tímida, 9,1% consideraram a comunidade receosa e desconfiada, 9,1% qualificaram a atuação da comunidade como desconfiada, omissa e pouco colaborativa, revelando a visão da existência de sujeitos resistentes à mudanças, a partir do olhar distorcido da realidade, já que outros dados demonstraram o interesse da comunidade

em colaborar, restando ao governo, no nosso sentir, garantir as condições de segurança para o exercício da cidadania.

Por outro lado, o que nos deixa mais esperançosas, a avaliação feita por 13, 6% dos entrevistados dão conta de que a comunidade ajuda com informações e é participativa.

Tabela 18
Por quê ?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Ajudam com informações; é participativa	3	13,6	27,3
	A comunidade se mostra "tímida"	4	18,2	36,4
	A comunidade é receosa e desconfiada	2	9,1	18,2
	A comunidade é omissa e pouco colaborativa	2	9,1	18,2
	Total	11	50,0	100,0
Não respondeu		11	50,0	
Total		22	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 19
Se você fosse governador do estado da Bahia, quais as principais estratégias estabeleceria para aproximar a comunidade da polícia?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual válido (%)
Válido	Promoveria palestras, cursos e oficinas, envolvendo a comunidade e as policias, para a implementação de ações que orientem práticas de direitos humanos	3	12,5	20,0
	Criaria um comitê de gestão local com equipe multidisciplinar para acompanhar, monitorar e avaliar os trabalhos de segurança com cidadania bis territórios contemplados	1	4,2	6,7
	Criaria mecanismos para elevar a auto-estima das mulheres envolvidas no projeto para fomentar a organização jurídico-administrativa das associações comunitárias	2	8,3	13,3
	Todas as alternativas, pois se complementam	1	4,2	6,7
	Todas as alternativa. A segurança deve ser feita em conveniência com as demandas locais	3	12,5	20,0
	Todas as alternativas, sem justificar	5	20,8	33,3
	Total	15	62,5	100,0
Não respondeu		9	37,5	
Total		24	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Perguntados sobre as estratégias de aproximação que o Governador do Estado deveria estabelecer para aproximar a comunidade da polícia, apenas 37, 5% não responderam, demonstrando, conforme espelhado na tabela acima, que os pensamentos convergem para realização de ações voltadas para aproximação dos atores envolvidos, com ênfase na qualificação pessoal, profissional e territorial, onde percebemos que há um campo aberto para o engajamento de todos nas políticas de segurança com cidadania.

b) Visão dos Técnicos

Como percebemos nas duas tabelas abaixo, para os técnicos a implementação do projeto Mulheres da Paz foi facilitada em razão de integrar uma das ações do PRONASCI, contando com aporte da existência de instituições públicas de convivência comunitária.

Por outro lado apontaram como problemas que dificultaram as ações, a topografia do bairro, desconfiança da população em meio ao ambiente de violência, reportando-se com relação a aspectos institucionais a falta de apoio da Prefeitura, demonstrando que o nível de diálogo interinstitucional era deficitário, oportunidade em que relembramos que o PRONASCI é um programa de legenda federal para o desenvolvimento local, sendo pertinente observarmos que na sua implementação nos territórios da paz, os órgãos municipais não participaram como protagonistas no processo de gestão integrada.

No documento produzido pela equipe técnica (2010) consta a informação que segundo o depoimento das mulheres, os problemas identificados com maior frequência eram o uso de drogas, alcoolismo, violência doméstica, gravidez na adolescência, evasão escolar, entre outros, porém, o levantamento dessas demandas, segundo elas, acabava por gerar **frustrações**, devido à fragilidade da rede, afirmando que não conseguiam obter um retorno satisfatório, e as famílias acabavam desacreditando no trabalho das Mulheres da Paz, atribuindo a este fato a razão de as ações não terem visibilidade.

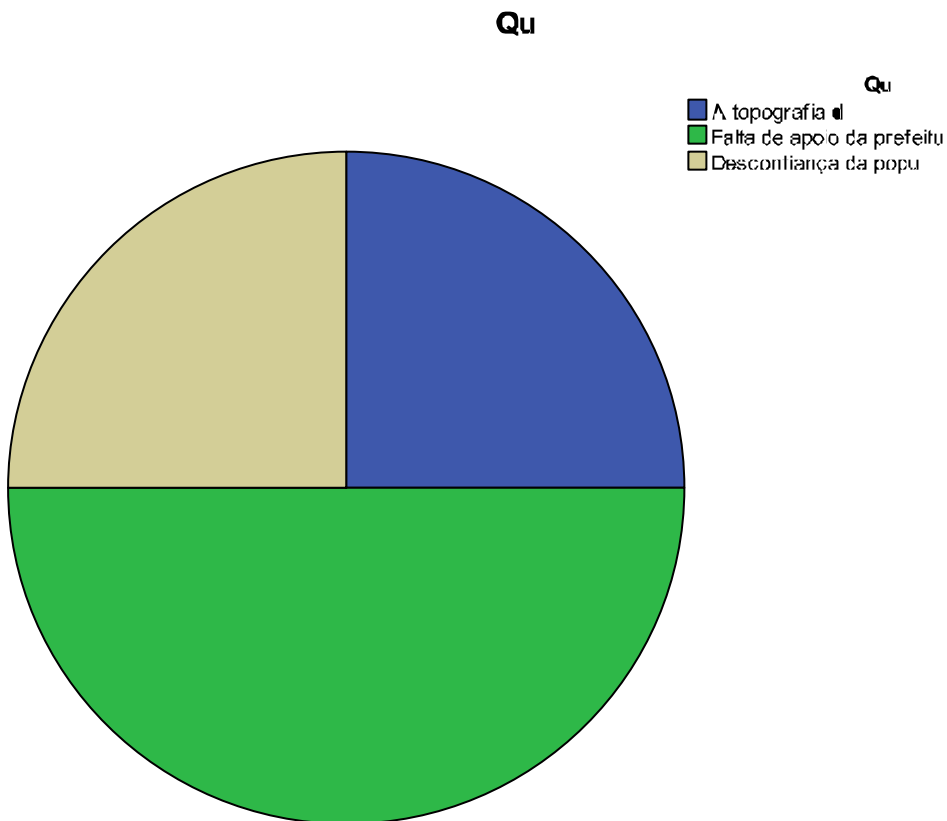
Consta ainda do referido relatório (2010) a informação de que o fortalecimento da rede de proteção social foi uma preocupação que norteou o acompanhamento das famílias desde o início do projeto. Mas, salientaram que a articulação com os serviços e equipamentos do Estado e dos Municípios continuava sendo um desafio a ser vencido até a finalização do projeto.

Tabela 20
Você poderia nos dizer quais são os principais aspectos da realidade daqui do bairro de Tancredo Neves que facilitam a atuação das Mulheres da Paz? Por quê?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Ser território do PRONASCI	1	20,0	50,0
	Instituições públicas de convivências comunitárias (escolas, o centro social urbano e etc.)	1	20,0	50,0
	Total	2	40,0	100,0
Não respondeu		3	60,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 1 - E sobre os aspectos que dificultam



Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 21
Você poderia dizer por que dificultam?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Medo de represálias	1	20,0	50,0
	Dificulta o trabalho em rede	1	20,0	50,0
	Total	2	40,0	100,0
Não respondeu		3	60,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 22
Como você avalia a participação das mulheres no projeto Mulheres da Paz, aqui no bairro de Tancredo Neve?

		Frequência	Percentual
Válido	Positiva	2	40,0
Não respondeu		3	60,0
Total		5	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Mais uma vez somos instados a refletir sobre os aspectos que determinaram um elevado número de não respondentes no quesito espelhado na tabela acima. 40% dos respondentes consideraram positiva a participação das mulheres no projeto, enquanto que 60% silenciaram. Esta não resposta na visão dos técnicos nos levou a pensar que os elementos que dificultam a implementação do projeto serviram de entraves limitadores da interação das mulheres nas atividades, nos remetendo também ao fato de, em alguns casos, o recebimento da bolsa no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), possa ter contribuído para existência numérica de mulheres, sem, contudo, contar com o envolvimento destas da forma esperada., refletindo aí, uma deficiência na qualidade dos diálogos, junto à desesperança de alguns.

Tabela 23
Case Processing Summary

	Casos					
	Validos		Não respondeu		Total	
	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual
Na sua opinião, as mulheres beneficiárias estão satisfeitas com o projeto Mulheres da Paz? Por Quê?	3	60,0%	2	40,0%	5	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo

Nas tabelas abaixo, pretendemos espelhar o nível de entrosamento do grupo na relação entre os atores envolvidos, onde percebemos como ponto positivo, apesar do considerável número de não respondentes, aparecer a possibilidade de busca de soluções conjuntas para situações problema que surgiam no curso do processo, partindo da conscientização e acesso a informação.

Tabela 24
Quando ocorre(m) situação(ões) problema(s) no desenvolvimento do projeto
Mulheres da Paz, aqui em Tancredo Neves, quem encaminha a busca de
alternativas de soluções?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Beneficiários	1	20,0	50,0
	Coordenação e beneficiários conjuntamente	1	20,0	50,0
	Total	2	40,0	100,0
Não respondeu		3	60,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 25
Como a(s) solução(ões) é/são encaminhada(s)?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Consscientização e acesso à informação	1	20,0	50,0
	Depende da situação	1	20,0	50,0
	Total	2	40,0	100,0
Não respondeu		3	60,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 26
Como você avalia as condições físicas do projeto Mulheres da Paz? * Por Quê?
Crosstabulation

		Por Quê?		Total
		As condições de trabalho são favoráveis.		
Como você avalia as condições físicas do projeto Mulheres da Paz?	Satisfatória	Nº de respostas	2	2
		%	66,7%	66,7%
	muito satisfatória	Nº de respostas	1	1
		%	33,3%	33,3%
Total		Nº de respostas	3	3
		%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 27
E sobre equipamentos e materiais?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Satisfatória	4	80,0	100,0
Não respondeu		1	20,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 28
Por Quê?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Respostas válidas	As condições de trabalho são favoráveis.	3	50,0	75,0
	Falta local para as atividades no território e transporte no bairro	1	16,7	25,0
	Total	4	66,7	100,0
Não respondeu		2	33,3	
Total		6	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

As informações constantes das tabelas acima, reforçaram o dado encontrado no relatório elaborado pelos técnicos (2010), onde consta a informação de que, paralelamente à implementação das ações do projeto Mulheres da Paz, estava em andamento a criação de um espaço físico de referência do Território da Paz, que também servisse de referência às equipes técnicas. De acordo com a coordenação executiva do PRONASCI na Bahia, foi anunciado no

dia do lançamento do Território da Paz em Salvador, 29 de julho de 2009, a construção da “casa PRONASCP”, no território de Tancredo Neves, portanto, o projeto Mulheres da Paz iniciou suas atividades em condições pouco satisfatórias, o que deve ter interferido no desempenho dos diálogos, considerado que o espaço físico e materiais de suporte adequados são requisitos básicos ao processo de acolhimento de grupos de elevada vulnerabilidade social, visando a construção de saberes que possam ser apropriados pelos atores, como um dos movimentos para o empoderamento das mulheres e prolongamento de suas ações, em um bases sólidas e duráveis.

Tabela 29
O projeto Mulheres da Paz ajuda a estreitar os laços entre as policias e a comunidade ? Em quais aspectos?

		Frequência	Percentual	Percentual Válido (%)
Válido	Ao pensar a Segurança Pública de modo participativo	1	20,0	50,0
	Ainda não ajuda	1	20,0	50,0
	Total	2	40,0	100,0
Não respondeu		3	60,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 30
Na sua opinião, o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia, a comunidade e o projeto que você vem participando, aqui na Tancredo Neves?

		Frequência	Percentual	Percentual Válido (%)
Válido	Sim	1	20,0	100,0
Não respondeu		4	80,0	
Total		5	100,0	

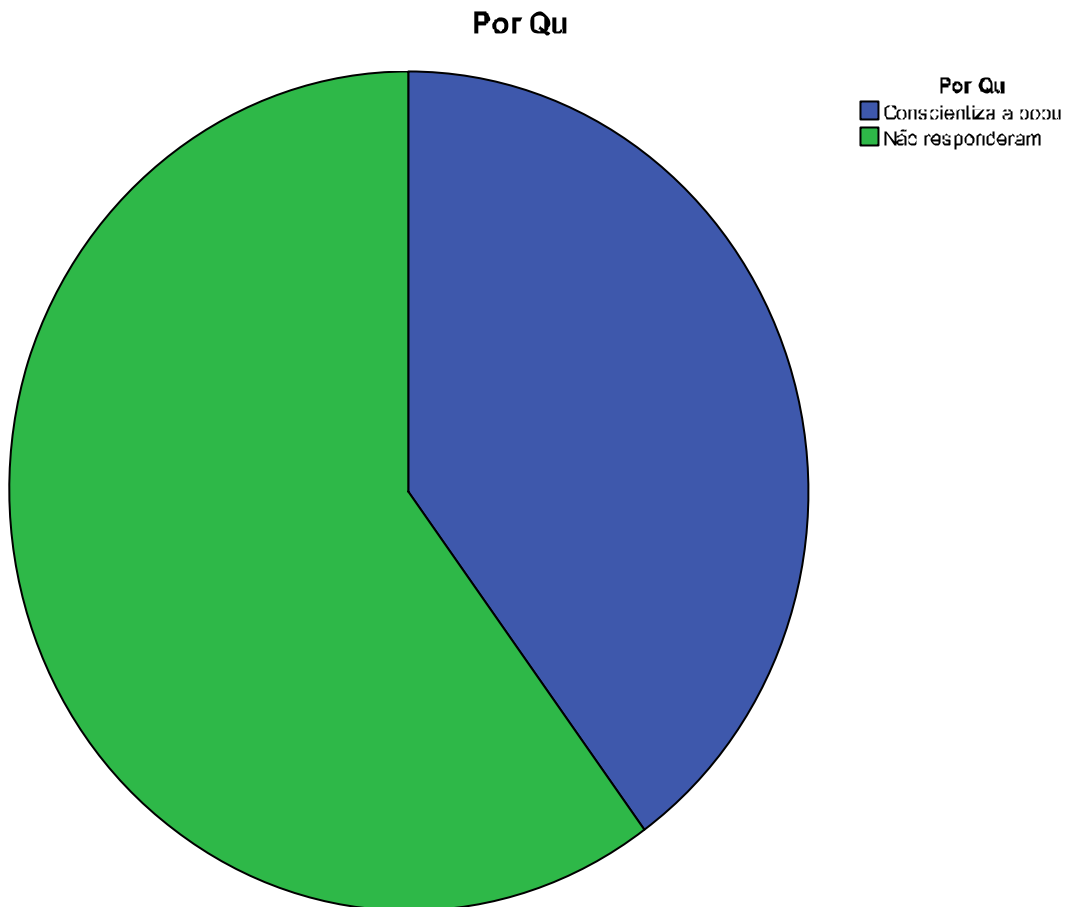
Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 31
De que forma?

		Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Válido	Recupera a credibilidade da polícia	1	20,0	100,0
Não respondeu		4	80,0	
Total		5	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 2



Fonte: Pesquisa de Campo

Como podemos perceber nos registros apresentados na tabela 29 ao gráfico 2, 5% dos entrevistados responderam que o Projeto Mulheres da Paz ajudou a estreitar os laços entre a polícia e a comunidade, além de ajudar a pensar a segurança pública de modo participativo. Por outro lado, apenas 20% se manifestaram sobre a forma pela qual ocorreu o estreitamento dos laços entre a polícia e a comunidade, indicando a recuperação da credibilidade na instituição como elemento crucial para atingir tal objetivo.

È importante reiterarmos que, apesar de um universo pouco significativo de respondentes, os pronunciamentos demonstraram conhecimento quanto aos pressupostos que lastreiam o modelo de polícia de aproximação, sabendo-se que para atingir essa realidade importante se faz transformar a ideia de polícia reativa, oponente da comunidade, diferente do modelo construído ao longo dos regimes políticos erigidos em nosso país.

Revisitarmos a polícia de aproximação em nosso Estado é imprescindível para que o projeto de desenvolvimento democrático se configure, já que autofagia imposta ao nosso povo é destrutível ao posicionamento na escala de crescimento mundial onde a justiça social é condição fundamental.

Gráfico 3:

Se você fosse Governador do Estado da Bahia estabeleceria para aproximar a comu

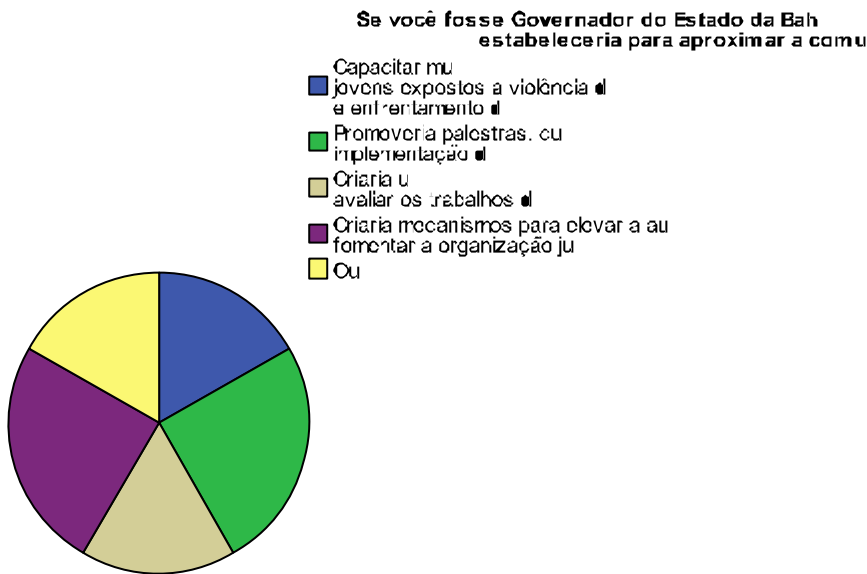


Tabela 32

Explique

		Frequência	Percentual
Válido	As ações devem ser implantadas de forma articulada	5	71,4
	As medidas devem favorecer a integração entre comunidade e polícia	2	28,6
	Total	7	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Nas últimas ilustrações gráficas, percebemos a convergência de sugestões pontuadas como meios para construção de políticas públicas de segurança com cidadania, a nosso ver, não só apropriadas ao Projeto Mulheres da Paz, mas a todo projeto que vise realizar mudanças

significativas em contextos onde a violência se expresse de maneira a privar milhares de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças do bem maior para a vida humana: A LIBERDADE.

c) Visão das Mulheres no Grupo Focal

Depois de seis meses de capacitação, podemos perceber que o grupo se sente empoderado, o que constatamos pelas ações que desenvolvem, demonstrando a consciência social que possuem, o treinamento na tomada de decisão e na participação de espaços privilegiados na comunidade., o que podemos comprovar com a fala de uma das participantes da técnica de grupo focal afirmando que uma das pedras na realização do projeto era a precariedade da rede de assistência, citando a precariedade do atendimento nas escolas, postos de saúde, o tráfico de drogas, a violência sexual e doméstica.

Os membros do grupo se consideraram empoderados porque adquiriram experiências, conhecimento e coragem para o enfrentamento junto à população, orientando jovens e pais sobre os procedimentos diante da vida.

As mulheres disseram que conseguiram o respeito dos traficantes, sendo reconhecidas como colaboradoras da melhoria das relações na comunidade, afirmando que “hoje vestimos a camisa”.

Tal pensamento precisa ser melhor compreendido no mundo da contravenção social e nos mercados ilícitos que avançam na direção da cultura da violência. Trata-se, portanto de uma situação paradoxal e ambígua que precisa ser avaliada no âmbito das ações de segurança com cidadania, passos que devem preceder a implementação do projeto, sobretudo, para evitar a exposição a risco do grupo mobilizado e desvirtuamento dos objetivos, no sentido de propiciar a convivência pacífica com sujeitos que protagonizam a cultura da violência estabelecendo o seu padrão de relacionamento, o que não foi aprofundado nesta pesquisa porque não fazia parte do objeto específico, revelado como aspecto presente de natureza.

Na cultura do tráfico o erro se paga com a vida e não com a renegociação.

Ao governo cabe garantir os espaços de segurança, aplicando os procedimentos legislativos pertinentes em desfavor daqueles que praticaram e/ou praticam o ilícito.

O que se pretende é que o Estado desbanque o assento dos criminosos no controle da vida dos cidadãos, fortalecidos enquanto pessoas dignas de terem os seus direitos garantidos e espaço para o exercício de seus deveres.

4. POLÍCIA PACIFICADORA

Durante nossa pesquisa, visitamos mais um projeto dentro do território do PRONASCI, voltado para o estabelecimento de cooperação entre o Estado e a comunidade, visando a melhoria das condições de vida dos moradores das favelas do Rio de Janeiro, com histórico de dominação do tráfico de drogas.

No Rio de Janeiro, a experiência de aproximação entre a comunidade e o Estado se deu a partir da implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras, com o objetivo de manter a paz e garantir os direitos civis dos cidadãos, a partir da comunicação entre os diversos órgãos de defesa social e a comunidade, em especial a polícia realizando o policiamento comunitário, onde o diálogo e a confiança são pressupostos básicos.

Interessa-nos, sobretudo, conhecer o que pensam e sentem dos atores envolvidos na prática diária da intervenção a fim de perceber os seus valores para avaliar a qualidade dos diálogos como indicador da natureza da política de segurança pública com cidadania. Portanto, democrática.

Realizamos entrevistas com os oficiais da PMRJ, onde destacamos algumas falas que ajudam a entender a realidade do projeto e os mecanismos de disseminação das idéias que convergem para o enfrentamento nacional dos fatores que aumentam a criminalidade, adequado aos regionalismos.

Em meio à situação de insegurança refletida nos morros do Rio de Janeiro, a comunidade conclama o Estado para que, retire os traficantes do terreno ocupado, a fim de devolver a comunidade aos moradores, a fim de que o Estado, agora, se faça presente e crie as condições para melhoria das condições de vida dos cidadãos de bem.

Em linhas gerais, podemos identificar na fala dos entrevistados as seguintes impressões qualificadoras do discurso para a construção do diálogo, de modo bastante realista, demonstrando todas as contradições presentes:

Para facilitar a nossa exploração, preferimos identificar os nossos informantes usando a codificação numérica, Informante 1, 2, 4 para policiais, 3 e 5 para membros da comunidade.

Primeiramente, ressaltamos que foi criado na estrutura da PMRJ o Departamento das Unidades de Polícia Pacificadora, o que possibilita a gestão da política de maneira independente das ações ordinárias do policiamento tradicional.

Figura 5 - Unidade de Policias Pacificadora da PM Rio de Janeiro - RJ



Fonte: Própria da Pesquisa

Para os comandos das UPP's foram escolhidos oficiais com experiência no âmbito da polícia de aproximação, bem como com formação na área de gestão de segurança com cidadania, com um perfil aberto ao novo conhecimento, a um novo saber. Disposto a trabalhar

de uma forma diferente daquela que nós fomos habituados, treinados, que é uma polícia tradicional.

Sobre o diálogo, costuma brincar que é um tripé: é a comunidade, é a polícia e é o querer que dê certo., arrematando sua fala dizendo que é importante estar com muita vontade e motivar essa comunidade, para que a comunidade se sinta socialmente ativa, por que muitas vezes a solução dos problemas, “não sou eu, agente pública que vai dar a solução. A solução está com a comunidade”.

Muitas vezes tem que motivar, mostrar, puxar dessa comunidade a solução do problema e trazer a eles a idéia de que eles como comunidade, como grupo precisam ser ativos, precisam ser engajados para melhoria da própria comunidade. A polícia sozinha não faz melhoria nenhuma. Esse querer dar certo, é o peso do nosso tripé, que nós partimos.

Salientou que hoje, dentro do foco da polícia comunitária pretende garantir direito, garantir que os órgãos governamentais e não governamentais possam entrar na comunidade e exercer os seus papéis, empenhar os seus projetos (água, esgoto, luz, direito de ir e vir).

É lógico que ainda não é um mar de rosas, crimes ainda acontecem, mas conseguimos que esses órgãos ajam.

Nós policiais somos garantidores da lei.

Participação e controle não divergem. Acredito que essa comunidade, que vivia há 40 anos, não era abandonada, mas de forma precária, ela aprendeu do seu jeito a dar soluções para os seus problemas, ao arrepio das regras sociais, essas soluções podiam até funcionar de forma imediatista, mas não eram soluções legais e nem regulamentares. Hoje as soluções são trazidas à luz do que a lei ou do que a sociedade civil organizada, propõe a partir dos Conselhos de Segurança, de maneira mais organizada.

A nossa Unidade dialoga com duas associações de moradores porque são duas comunidades, Tabajaras e Cabritos, o senso foi feito há muito tempo, cogita-se 18 mil hab, por aí. Ainda não existe o Conselho de Segurança aqui na comunidade. É meu sonho, ser um facilitador, na verdade não sou eu que tenho que montar essa associação. Eu tenho que criar esse ânimo, essa vontade. Nós como policiais comunitários, nós somos facilitadores, estimuladores do desenvolvimento social, na verdade. Não tem que tomar à frente, funcionar como um líder naquele grupo e não um comandante para eles.

Os projetos são construídos com a participação da comunidade. Existe um projeto que é nosso, aqui da própria polícia, que é um projeto de um policial nosso, que tem uma qualificação de música e dá aulas de piano e violão para a comunidade, para as crianças, para a comunidade de uma forma geral. São comunidades historicamente musicalizadas, então isso é muito interessante. A gente ficou vendo o que era característica, até para falar uma linguagem da comunidade, não posso fazer nada que seja agressivo a eles, mas aquilo que eles estão habituados a fazer, que é a música.

Em nível de resultados, nós estamos começando um trabalho, o que a gente percebe é o depoimento dos próprios moradores, da redução da criminalidade, da redução da exposição das crianças a violência, elas viam as armas, os usuários de drogas.

Como se dá o ciclo de atendimento policial partindo das UPP's –

O ciclo de atendimento nas UPP's se dá da seguinte forma, primeiro a comunidade nos procura por algum problema que ela enfrenta, problemas solucionáveis, que a gente pode buscar com a própria comunidade a solução, ou a gente busca dentro de uma reunião com os moradores uma solução, problemas coletivos, e os problemas individuais a gente busca aquelas pessoas efetivamente que estão envolvidas no conflito. São problemas de família, ou uma situação passional, ou então a gente busca aquele pequeno grupo que está envolvido no conflito. Tentamos apaziguar, saber o que eles querem ou o que eles esperam de solução que nós podemos ajudá-los também. A partir desse primeiro momento a gente tem uma impressão se essa solução vai ser viável ou não. Não sendo viável essa pessoa volta a nos procurar, olha o problema persiste, eu prefiro fazer um registro na delegacia, e continuamos a acompanhar aquele problema, que é o mais importante. No atendimento tradicional, a pessoa depositava aquele problema, o policial militar tomava uma medida e não acompanhava a real solução, e como aqui nos descolamos e permanecemos, a gente pode estar verificando a solução dos problema.

As visitas são regulares, todas as situações que aparecem como algum problema, iniciamos as visitas às residências, a gente busca sempre estar falando com o morador. Não é uma intervenção agressiva, em que eu entro tomo conta e depois eu saio daquele lugar. Nós somos o policiamento daquela comunidade, então, nada obsta e eu aconselho que se faça, é buscar conversar com o morador sobre como está aquela comunidade ao escurecer, no raiar do dia, se ele tem algum problema, qualquer crime ou desordem urbana.

Quanto ao estímulo dos policiais: eu trabalho com 120 policiais, cem novatos e vinte policiais mais experientes. Esses policiais recém formados, eles são sementes que a gente tá plantando, tá regando a nível desse policiamento comunitário. Então, é sempre uma peregrinação que a gente tem que estar metendo na cabeça deles a ideologia do policiamento comunitário. Eles é que estão em contato direto com a comunidade e tem que estar transmitindo essa ideologia. O bom trato com a comunidade, tratar a comunidade como se realmente fosse sua vizinhança.

A comunidade se sente à vontade para denunciar qualquer tipo de abuso, com detalhes, as vezes é uma coisa que é constrangedora, difícil, mas a comunidade confia no trabalho da polícia, então eles nos procuram até para relatar coisas íntimas, quando têm sofrido abusos íntimos. Então isso é muito importante e não é tolerado. Agora o que eu acho que é interessante é que como nós fazemos o encaminhamento para as delegacias ou para outro órgão que vá aconselhar, aquela pessoa não chega sozinha, ela não se sente só, ela já tá indo com aquele policial, com o seu policial. Envolvendo policiais com transgressão nós temos que agir com todo rigor.

O modelo de policiamento comunitário melhora o atendimento policial, aumentando o trabalho, o que antes se limitava às normas legais, aqui de mediação é muito maior, assustador as nossas ações ou medidas com essa comunidade, só que a gratidão e a satisfação disso é muito grande porque temos agido fazendo a diferença.

É um modelo que deveria ser aplicado em outros estados da federação. Além da gente viver esse carinho que a população tem com a gente. A Senhora (entrevistadora) está aqui pode observar e vê que as pessoas nos cumprimentam, as crianças. Não é um concurso de popularidade, mas na verdade isso é um termômetro do valor mesmo que o policial sempre teve e

foi perdendo ao longo dos anos. Então isso é um resgate, eu realmente acredito no policiamento comunitário.

A qualidade de vida do policial nesse tipo de policiamento aumenta sensivelmente, eu não tenho como qualificar isso através de uma pesquisa, mas a satisfação com que hoje se discute dentro de qualidade de vida profissional aquela satisfação motivação profissional, você poder saber que age num problema e traz junto com aquela comunidade a solução para aquele problema, não é uma coisa imediatista, mas uma solução, traz uma satisfação profissional muito grande você saber que o problema foi resolvido.

Estamos recebendo o apoio efetivo dos superiores, do governo, com relação por exemplo aos instrumentos, armamentos, incentivo aos policiais da participação nos cursos de formação, todas as questões que compõem essa questão do modelo de policiamento.

O governo do Estado em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro criou uma bolsa, uma gratificação para os policiais que trabalham nas UPP's. Mas não se limita nesse estímulo monetário.... **Informante 1** (Informação verbal)

Comandando a UPP há um ano e dois meses, contando com 120 PM's, entre recém formados e veteranos, com mais de 20 anos de serviço, para poder ter o equilíbrio, o gás, a força de vontade de quem chega e a experiência de quem já está. Eu avalio o projeto como extraordinário, da mesma forma que ajuda a comunidade onde é aplicada, também ajuda na visão que a sociedade tem da PM. É um trabalho que dá para ser feito, tem que ter um pouquinho de paciência, porque a comunidade que vai receber esse policiamento, geralmente, viveu um período muito longo influenciada por crimes, um pouco distante dos serviços de polícia, mas recebendo apenas operações, para prender e trocar tiros, mas não conhecia a essência do trabalho policial.

É um processo longo que tem que ser conseguido aos poucos, porque é difícil você substituir a visão que a comunidade tinha da polícia de setenta anos em um ano, então como é que a gente consegue mostrar nosso trabalho, nosso objetivo, é dando atenção ao morador, indo em ocorrências que nem chegam a ser caso de polícia, mas um fato que aconteceu e necessita de orientação o PM dá, mas não deixando de fazer o essencial que é a prevenção da criminalidade, combate também, quando não foi feito a prevenção, mas a repressão quando tem que ser feito, prá que a comunidade tenha credibilidade naquela força policial, não deixe de ver que é uma força policial, pode ser uma força auxiliar para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas essencialmente é uma força policial que eles podem contar quando for necessário. Na UPP se realiza o trabalho como qualquer outra unidade policial realiza, a diferença que tem é que o policiamento aqui não é substituído. **Os policiais eles se dividem em turnos, mas eles já estão aqui há um ano, conhecem bastante a comunidade, e a comunidade também já conhece a maioria e aí quando você passa eles dizem, aquele ali é o sargento tal e sargento também diz assim aquela ali é dona Maria, ela chega tal hora, tem quatro filhos,** então fica mais fácil e mais natural, porque você conhece a rotina do lugar, então quando você verifica alguma coisa estranha, que pode não ser ainda crime, mas pode gerar, daí você atua na prevenção e se torna mais fácil. A comunidade ainda vem se dando, né. Quando a gente faz um projeto aqui, o único projeto que a gente tem é de um policial que dá aula de Karaté para as crianças da comunidade o ano inteiro. Mas também, a gente não tem como sustentar um projeto grande com uma

comunidade dessas, senão a gente perde efetivo para fazer o serviço de polícia para se voltar para ações sociais, tendo em vista que tem várias secretarias que podem fazer e devem fazer. O Estado se faz presente. O estado que tem que fazer e daí eles verificam se está de acordo com a necessidade da comunidade. Daí, vem aqui, expõe o projeto, tira as dúvidas, se alguém puder dar uma idéia para melhorar é feito, e aí põe em prática. Observa se está de acordo com a comunidade. Existe o envolvimento polícia em projetos que não são oriundos da PM, mesmo que seja como apoio, então a gente vai, participa. A gente deixa cada um cumprir o seu papel e em alguns momentos a PM faz atuações mais sociais, até porque faz parte para se ter aproximação.

No Rio de Janeiro existe um convênio entre estados e municípios, aonde os policiais que trabalham na comunidade recebem R\$ 500,00 (quinhentos reais) a mais, é uma forma de estímulo, não deixa de ser, e o governo federal vem auxiliando todos os policiais do Brasil através do projeto bolsa formação que também é um estímulo, além do aprendizado, o apoio financeiro, não se pode negar, é essencial para qualquer trabalhador, aí tem esse investimentos para melhorar a vida do policial.

Para medir os indicadores de violência, a estatística feita não é específica do morro, mas do bairro, Botafogo, na verdade não é só do bairro, mas das áreas integradas que envolvem alguns bairros de determinada área de batalhão, mas a criminalidade na comunidade sofreu uma melhoria de 80%, vamos dizer assim. Eu não falo 100%, porque ainda tem aqueles crimes que não tem como a polícia prevenir, tipo marido que bate em mulher. Na comunidade nós tivemos zero de homicídio em 2009, antes essa comunidade era conhecida pelo crime, roubo, tráfico e agora está muito tranquilo.

Existe Conselho Comunitário de Segurança da área integrada, não do morro Santa Marta e eu nem acho legal, porque aí vai ficar isolando mais uma vez aquele grupo. A comunidade tem um bairro, faz parte do bairro. Com relação Polícia Civil, acontece troca de informação mas de forma mais objetiva, por exemplo, a gente recebeu umas informações a respeito de determinada pessoa. A gente procura ver se a Civil tem mais alguma informação para acrescentar, ainda não houve a necessidade de desenvolver ações conjuntas.

Esse modelo ganha a comunidade que recebe o policiamento, ganha a população que mora no entorno, ganha a instituição policial, pela prevenção do crime.

Repressão qualificada, não seria nem qualificada, é o trabalho da forma que tem que ser feito, o policial bem instruído.

Nós temos ocorrências sim envolvendo PM, mas em razão de comportamentos desrespeitosos contra o policial, é que eles não assimilaram, não entendem, por falta de conhecimento mesmo, a situação da abordagem. Não querem ser abordados, isso gera conflitos porque o policial tem que abordar. Essa forma de não querer, às vezes na prática se torna uma forma de desrespeito uma agressão.

Para assumir o comando da UPP não foi exigência ter conhecimento em polícia comunitária, eu passei a ter depois. Eu trabalhava numa área completamente diferente, não conhecia área, nunca tinha trabalhado na zona sul, mas era área operacional, uma das piores áreas do Rio de Janeiro. Como eu vim parar aqui, foi Deus. Essa experiência tem sido boa para o meu crescimento pessoal e profissional, porque você passa a atuar tentando verificar a origem daquilo ali, não deixando de fazer nunca, mas você vê a origem, cada um tem uma história, cada um tem um ponto fraco por alguma

carência, aí, mistura o ambiente social, cultura, que a gente vê que muitas pessoas não têm, então, como pessoa a gente passa a dar muito mais valor a pequenas coisas da nossa vida. Uma coisa que eu passei a dar valor é sempre ter morado numa casa com luz e água, o ambiente limpo, coisas mínimas que fazem com que a pessoa goste de ficar dentro de casa e não passar o tempo todo na rua, um ambiente limpo ajuda o ser humano a pensar, ele quer ficar em casa, mas não consegue e vai para rua, onde ele se submete a uma série de circunstâncias, então eu passei a dar valor a pequenas coisas. A gente tem que ajudar na organização da comunidade, por exemplo os bares, o funcionamento desses bares, a gente tem de organizar, tem que ter horário para começar, quem é o responsável. A Prefeitura fiscaliza.

A Associação informou que temos um contingente populacional em torno de seis mil famílias, por aí, mas a gente acha que é bem mais, acho que uns dez mil habitantes, para 120 policiais, entre os quais vinte e três veteranos.

O que a gente sente hoje é que é um projeto vencedor, todo mundo pode andar, subir, descer se quiser, mas não pode deixar de ter o apoio dos outros órgãos do estado, uma mudança na visão da instituição e na vida deles (comunidade). Não só a PM, não dá. A mobilização das pessoas para participarem dos projetos, a gente tem que sempre divulgar que vai ter algo em troca, que seja uma borracha, mas tem que ter, porque o interesse deles vem com o que eles vão receber e poder levar para casa, infelizmente é assim. Para a festa de inauguração de um ano da UPP Santa Marta, eu fiz questão de mostrar para comunidade o que ela mesmo tem de bom e não conhece, daí eu reuni os jovens que sabiam tocar um instrumento que se apresentou, consegui doação de seiscentas cestas básicas, fiz o sorteio, alguns agradecimentos, chamei o pastor para falar, distribui uma placa para o jovem de destaque da comunidade, jovem como exemplo e aí a gente consegue mobilizar. **Informante 2** (informação verbal)

Fala do Presidente do Conselho deliberativo da Mocidade Unidos de Santa Marta (Escola de Samba).

Perg: Como o senhor está sentindo a convivência aqui na comunidade, depois da implantação da polícia pacificadora.

Resp: Eu não tenho o que reclamar não, melhorou um pouco, não tem mais confronto. Seria a solução para violência no Rio de Janeiro, pois com violência não pode se viver. **Informante 3** (Informante verbal)

Bem, nós avaliamos esse projeto, a partir da experiência dessas duas comunidades que sofreram vários danos, a mercê do tráfico de drogas. O tráfico se instalou aqui há muito tempo, e seu poder de império, pode-se falar assim, tendo em vista nossas apreensões de armamento, muito grande e de armas muito potentes, fuzis, metralhadoras e submetralhadoras.

No início teve ocupação do Batalhão de Operações Especiais, começou no dia 30 de novembro e durou até o dia 23 de dezembro, só que nós continuamos esse trabalho, porque sabemos que ainda estamos no processo de pacificação e esse processo, a gente tem um mês aqui só, e nós já tivemos muitas ocorrências nesse sentido.

Nossa missão garantir a paz, através do Estado, através da polícia militar, que hoje ocupa o território que antes era dominado pelo tráfico. Hoje o domínio do território é do Estado, através da PM, e com isso a gente garante aos moradores, é, os direitos civis, que um dia perderam, foram perdidos os direitos.

Nós, além de fazermos esse trabalho de combate às drogas, nós não estamos numa grande jornada contra as drogas especificamente. A nossa luta aqui é a garantia dos direitos civis, que estavam perdidos porque a comunidade vivia sob o domínio do tráfico. E antes qualquer problema que tivesse quem ia ser chamado, o traficante.

Hoje a comunidade trás o problema para ser resolvido aqui, então, qualquer desentendimento que exista, eles vêm aqui, por que sabem que terão a lei a ser cumprida.

Nossa estada aqui é permanente, a gente não sai mais, não existe mais aquela situação de ocupar por um período e a gente sair. Aqui as coisas têm que ser decididas em conjunto, a polícia com a comunidade.

Nesses trinta e dois dias, qual é forma de participação que a comunidade vem demonstrando? Resp: Nós temos feito algumas reuniões, não tem conselho de segurança específico do morro, tem conselho de segurança do bairro de Copacabana. Nas reuniões do conselho comunitário aqui, a comunidade participa. Eu estou pensando em fazer uma reunião do conselho de segurança aqui na comunidade. Eles têm recebido pessoas que são denominadas “moradoras do asfalto”, são do bairro de Copacabana, do bairro de Ipanema, que já estão se achegando prá cá, estão querendo fazer esse intercâmbio, porque antes não era possível.

Nós temos aqui as patrulhas a pé, compostas por cinco policiais cada uma delas, visam esse contato com os moradores. Então visitam os moradores, conversam com os comerciantes, fazem abordagens, coíbem qualquer tipo de crime que esteja acontecendo.

Quando há excesso de algum policial, a comunidade se sente à vontade para vim denunciar fala comigo, informa e aí a gente toma as medidas policiais militares disciplinares necessárias em relação ao policial, já recebi algumas pessoas, não falando de crimes, mas de alguma atitude que eles entenderam ser alguma atitude desrespeitosa e vieram aqui conversaram, Capitão olhe, aconteceu isso... não gostei da abordagem, não gostei como o policial falou comigo, daí eu tomo minhas medidas disciplinares por aqui, mas eles estão se sentindo à vontade.

O sentimento que tenho em relação à qualidade de vida dos policiais e o risco de vida deles é de cautela, porque existe a possibilidade de acontecer algum confronto, a gente não tem aquela grande preocupação de confronto, diferente de outras comunidades, então nossos bandidos não estão armados mais, então nosso trabalho é mais de prevenção, para que não deixe eles voltarem, não deixe o tráfico de drogas acontecer, não deixe qualquer outra ação delituosa acontecer, o processo de pacificação tem ido muito bem.

Os policiais têm sido estimulados a participar dos cursos de bolsa formação, até hoje é um dia de inscrições e nossos computadores do Pronasci, ficaram congestionados, todo mundo desesperado porque não conseguiu fazer inscrição.

A Prefeitura do Rio fez um convênio com o governo do estado e paga R\$500,00 (quinhentos reais) de adicional, uma gratificação, em um regime de trabalho atendendo a escala de 12h/24 – 12/48h.

Eu tenho 213 policiais no total, 180 policiais novos, três oficiais e trinta policiais mais antigos, que são sargentos, cabos, que estão na supervisão e no administrativo, com seis viaturas, para atender um contingente populacional em torno de 20.000 moradores.

Os moradores percebendo que conversando conosco vão nos ajudar, eles vêm e dão dicas, informam algumas coisas, por exemplo, eu conversei com uma pessoa que ontem que conversou comigo e sugeriu que fosse colocada uma viatura para fazer um baseamento num determinado horário e local, porque lá estão acontecendo algumas coisas que não estamos gostando. Eu entendi o recado dele, já tinha a informação e o camarada teve a coragem de chegar para mim e falar. Então, ontem mesmo fiz a ordem de policiamento, dando uma resposta imediata. E hoje, agora, eu passei pelo bcal e um morador fez assim, “Capitão, gostei da viatura”. Nós trabalhamos com o disque denúncia também que é o 2253977, que ajuda o governo do estado nas informações, além das denúncias feitas pelos moradores daqui e também nos nossos telefones que também são divulgados. As pessoas estão acreditando no nosso trabalho, porque as denúncias chegam e nós tomamos as medidas de imediato.

Eu fui convidado pelo Comandante Geral, Mario Sérgio Soares. Antes de estar aqui, comandava um batalhão sediado em Itaboraí, no interior do estado, e lá nesse batalhão tive a oportunidade de comandar a companhia do município de Tanguar, de 20.000 habitantes, do tamanho dessa comunidade aqui, e lá nós tivemos a oportunidade de iniciar um processo de polícia comunitária. Nós conseguimos implementar o conselho de segurança que não existia, manter uma reunião mensal, toda última quinta feira do mês, nós tínhamos a reunião com a comunidade, que levava as suas demandas, e nós resolvíamos quase 100% dos problemas levantados naquela região. Então isso despertou a atenção do escalão superior da corporação, por que, foi um projeto muito bom, assim como o trabalho operacional que desenvolvemos. Conseguimos reduzir os índices de criminalidade. Na época o Cel. Mario Sérgio era o presidente do Instituto de Segurança Pública, onde tinha todos os dados da PM, e, provavelmente, chamou atenção os dados estatísticos do município de Itaguá. Aqui nesses trinta e três dias além dos dados estatísticos relacionados às apreensões feitas, temos o contato que temos com a comunidade, que hoje tem acesso a polícia como não tinha anteriormente. Hoje a comunidade tem prá quem reclamar. A prefeitura tem contato conosco, já fizemos algumas ações em conjunto, a gente tinha uma desorganização muito grande, frota de taxi, som alto... tem muita coisa que precisa melhorar. A Polícia Pacificadora é uma experiência muito boa, importante, interessante, porque, se em outros estados acontece o que acontecia aqui, onde a comunidade vivia sob a força do fuzil dos traficantes, então, a nossa missão aqui de trazer a paz e garantir os direitos civis dos cidadãos em qualquer lugar do Brasil é importante. Esse projeto depende de uma organização, depende de dedicação, compromisso com o trabalho. Eu não estou sendo redundante já que todo serviço requer disposição, mas o trabalho nas UPP's requer muita força de vontade, responsabilidade, organização e planejamento e o apoio de outros entes governamentais, então é a prefeitura, polícia civil, corpo de bombeiros, o choque de ordem que a prefeitura do Rio faz, as secretarias de governo. Não é só polícia. Já existe uma articulação, diariamente eu vejo para verificar os problemas, luz, água, saneamento básico, tem a sub prefeitura, a pessoa do Bruno, muito jovem, mas com muita disposição para o trabalho, sempre pergunta, Capitão coleta de lixo com é que está, faz contato com a Light. Aqui tem um plano inclinado, quando está parado as pessoas vêm até a mim, o que vamos fazer, dai vamos comunicar a prefeitura. Então órgãos estão trabalhando em conjunto, a gente na está sozinho, porque sozinhos não temos como dar à comunidade a garantia dos direitos civis. É um projeto de sucesso, a gente faz sucesso e tem de manter o sucesso, mas como se fosse um cantor que

tem que está aprimorando suas músicas. A gente para fazer sucesso tem que estar sempre inovando, com tecnologia, com planejamento. Pretendemos ter umas câmeras de monitoramento como tem no Santa Marta. Tudo isso vem aos poucos, mas o sucesso já é fato e vai continuar, com certeza.
Informante 4 (Informação verbal)

Entrevista com o líder comunitário, Presidente da Associação de Moradores do Morro Cantagalo, Nós já tivemos dois projetos, um do GEPAI, foi a polícia comunitária e a primeira comunidade que entrou foi aqui no Cantagalo, ela chegou a 14 comunidades, foi um projeto que amenizou e não deu certo, agora o Estado entrou certo, entrou a polícia e as secretarias de governo, trazendo benefícios para nossa comunidade.

A fala dos nossos entrevistados diz muito do entusiasmo de gestores e comunidade, que recebeu o projeto das unidades pacificadoras como uma política pública de atuação para manutenção da paz, envolvendo a comunidade como co-responsável e inserida no processo de implementação.
Informante 5 (informação verbal)

É importante que frisemos o caráter objetivo das políticas integradas de segurança com cidadania, visam a redução da criminalidade, aspecto que atinge diametralmente a todos, cabendo, portanto, ao Estado, enquanto representação viva do povo, fornecer os meios hábeis para o controle e defesa social, eliminando as causas, partindo da escuta dos representados, em constantes diálogos qualificados pelo cruzamento das idéias do senso comum, daqueles que vivenciam diretamente o problema e da ciência.

Somente uma ação séria e persistente, não fundada em políticas demagógicas e midiáticas, pode ser conseqüente na redução do crime e da violência... Se for inevitável uma intervenção mais contundente, é evidente que a essa deve se seguir uma ocupação por policiais de proximidade, que permaneçam em uma relação dialogal e confiável (BALESTRERI, 2010)

5 OUTRAS RELAÇÕES DE DIÁLOGOS ENTRE O GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO SOCIAL

Na esteira de novas experiências registramos a Residência Social, coordenada pela Professora Rosana Bullosa, oportunidade em que realizamos no ao CEID – **Comite d’Etude et d’Information sur la Drogue et les Addictions**, na cidade de Bordeaux- França, no período de maio a junho/2010 , como um dos requisitos para titulação no referido curso, tendo como objetivo precípua reconhecer elementos que fundamentam a prática de gestão social em novos contextos, prática esta que reforça a consciência da importância do trabalho interdisciplinar, unindo vários saberes, fruto da relação ativa entre diversos profissionais, a exemplo, das relações estabelecidas no CEID, integrado por Psiquiatras, Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos, Arte Educadores, Médicos generalistas, Enfermeiros, vendo fortalecida a relação entre o público e o privado, sem perder de vista a fala do público beneficiário (dependentes), buscando a profissionalização das ações e a interação entre os sujeitos, permeado de sentimento de solidariedade e compromisso com a causa abraçada. Portanto, esta viagem no universo da Sociedade Civil em atividade na França demonstrou que a construção de redes, sustentado pelo processo de avaliação contínuo ajudam na produção de diálogos para o estabelecimento de boas práticas.

Na oportunidade fazemos questão de apresentar alguns registros fotográficos retirados do citado relatório, onde podemos perceber o ambiente organizado para o aprimoramento das discussões visando a tomada de decisões com relação as ações a serem implementadas, nos



territórios, considerados pólos regionais para o desenvolvimento, com envolvimento ativo da sociedade civil organizada em parceria com o poder público.

Figura 6 - ARS - Discussão sobre o Comitê de Condução do Pólo de Competências em Educação para a Saúde (terça feira, 25 de maio de 2010).

Figura 7 - Reunião de avaliação e acompanhamento dos serviços oferecidos pelo CIED. Destaque para a participação de Cristine (à direita) responsável pelo observatório francês de drogas e toxicomaníacos (L'OFDT).



Figura 8 - À esquerda reunião no Centre Planterose de acompanhamento dos trabalhos, onde participou a equipe integrada pelo serviço social, psicólogos, psiquiatras, arte educadores, educadores, enfermeiro. À direita reunião com os profissionais do CEID, parceiros e assistidos sobre organização da Noite Africana.



Abaixo experiência de “trabalho de rua”, em St. Michel, bairro de grande concentração de população de origem africana, árabe e indiana, onde foram distribuídos materiais informativos sobre doenças sexualmente transmissíveis, visando a redução de riscos, sob a supervisão da médica generalista Francine Ametonu.

Figura 9 - Trabalho de Rua do CEID, destaque para a médica generalista Francine Ametonu (terceira da esquerda para a direita -primeira foto)



Figura 10 - Reunião de organização da “Noite Africana”, como resultado do projeto “Viagem Terapêutica”, destaque para Silvie, Assistente Social, coordenadora do projeto (primeira à direita) *.



Essa Instituição é um exemplo, também, no que se refere a gestão social, em razão de integrar a rede de desenvolvimento de políticas públicas, levando-nos a refletir sobre duas realidades e perceber que, apesar das diferenças político administrativas, o fundamento que deve sustentar a atuação no campo de polícia cidadã é o fortalecimento do elo com as associações, para o enriquecimento das redes de atuação, público-privadas, ressaltando a importância da profissionalização continuada dos atores envolvidos, aliado às estratégias governamentais de controle e transparência do trabalho.

É importante destacarmos o excelente nível das instalações e equipamentos disponíveis para realização dos trabalhos, com elevado controle de preservação e higiene, tornando o ambiente acolhedor para o público interno e externo.

Consideramos de crucial importância ter participado e acompanhado a realização de uma política de rede, envolvendo vários atores, numa perspectiva multidisciplinar,

Percebemos o engajamento e compromisso da sociedade com os problemas que atingem as relações do homem em sociedades cada vez mais complexas, reforçando nossa visão de que a justiça social só será alcançada quando exercício da verdadeira cidadania, resgatando em cada um de per si, a autonomia e a tomada de consciência por suas ações.

A efetividade das intervenções nos pareceu fortemente ligada a organização político administrativa dos territórios franceses divididos em Departamentos, integrando um determinado número de municípios, com uma administração direta própria, como se fossem prefeituras, o que a meu ver, facilita a atuação dos gestores junto aos membros das comunidades.

No referido relatório damos como exemplo de aproximação, facilitando, de maneira direta o controle da gestão pelo público beneficiário, a participação do prefeito na atividade de encerramento do ano letivo de uma escola pública de ensino fundamental, no município de CESTAS, próximo a Bordeaux, região de Aquitaine, com população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, diferentemente da realidade soteropolitana e de outras cidades brasileiras, onde um prefeito se ocupa da administração municipal com 3.000.000 (três milhões de habitantes), apresentando problemas estruturais muito graves, havendo necessidade de descentralização das ações e autonomia na gestão local.

Entendemos que a delimitação de território, com administração distrital, onde os representantes dos setores envolvidos pudessem dialogar e deliberar facilitaria o trabalho de rede, possibilitando maior êxito na gestão social, onde a avaliação e monitoramento das ações pudessem ocorrer com maior dinamismo, aumentando a capacidade de reformulação ou fortalecimento das práticas necessárias ao alcance dos objetivos propostos, partindo do conhecimento aprofundado dos elementos que compõem determinada comunidade, aproximando as pessoas em prol de causas comuns, ampliando o sentimento de co-responsabilidade.

Neste trabalho desenvolvemos um estudo sobre a construção dos diálogos entre a comunidade e o governo para formulação de políticas de segurança com cidadania, pretendo

analisar a posição dos sujeitos nessa relação de comunicação, tentando alinhar a teoria e a prática aos objetivos propostos, principalmente, ao observar posturas adotadas que podem dar conta de maior ou menor compromisso, implicando em ações contraditórias.

Ratificamos que as experiências compartilhadas no decorrer do curso de mestrado em gestão social ajudou a ampliar meu olhar na análise dos aspectos importantes a serem observados na estrutura e funcionamento de uma organização, sobretudo, na dimensão ética e grau de envolvimento dos profissionais com a causa abraçada, conforme acima mencionado.

Ao término dos trabalhos no CEID, através da intermediação da Coordenadora, Sra. Laurence Garcia, visitamos e entrevistamos membros das polícias locais, a Polícia Nacional e Gendarmerie, as quais desenvolvem trabalhos no âmbito da repressão e prevenção ao uso de drogas e adicionais, através de práticas educativas e culturais, onde nos chamou atenção o atendimento realizado pela Brigada de Prevenção da Delinquência Juvenil, possibilitando a integração do seguimento policial com outros órgãos de governo e sociedade civil, contribuindo com a realização de políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este estudo teve como objetivo conhecer como se expressam os diálogos nas relações entre agentes do governo (Policia e Técnicos do projeto) e a comunidade participantes na implementação das ações do Projeto Mulheres da Paz no território de Tancredo Neves, contemplado pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania. Para tanto utilizamos uma metodologia quali-quantitativa, fundamentada nos conceitos de participação e relações dialógicas implicados nos processos de construção democrática, o que nos permitiu tecer as seguintes considerações:

- O projeto Mulheres da Paz constituiu-se em um esforço de construção de mobilização comunitária em busca do equilíbrio das relações sociais entre a polícia, governo e comunidade voltadas para a segurança e a paz no bairro de Tancredo Neves em Salvador;
- As Mulheres da Paz podem ser consideradas empoderadas, isto é elas têm o perfil próprio para o desenvolvimento das ações necessárias ao atingimento do projeto na comunidade, isto porque constatamos que elas detêm, conhecimento da realidade; determinação do foco central da questão social do momento, no lugar onde vivem.; conhecimento sobre as formas de intervir na realidade existente; e apropriação adequada dos recursos indispensáveis à transformação social a qual retratará o alcance dos objetivos do projeto.

Esses importantes aspectos reafirmaram a idéia que fundamentou esta análise de que a qualidade dos diálogos está fundada no compromisso, na confiança, conforme adotado nas premissas básicas deste trabalho. Observamos a vontade de transformar, na fala de todos os atores envolvidos e a consciência dos entraves que impossibilitavam a plenitude das ações, apontando a falha no atendimento da rede social às necessidades das famílias visitadas, a própria insegurança do local e suas causas preexistentes.

Relevante é ressaltamos que durante nossa observação pudemos perceber a mistura entre os sentimentos de esperança e desestímulo. Mulheres aguerridas que, mobilizadas para realizarem suas práticas se viam impossibilitadas em razão da fragilidade do próprio Estado que as mobilizou, repetindo uma velha história, constante nas áreas periféricas, projetos

descontínuos, onde o espaço é enfraquecido pelas carências e dificuldades de acesso a um debate de constante aproximação.

A análise, ainda revelou outro fato significativo: do total dos entrevistados, em todas as questões encontramos um elevado percentual de não respondentes. Tal situação revelou uma situação paradoxal ao avaliarmos que tal condição específica, pode ser interpretada como: baixo comprometimento com o projeto; desconhecimento do projeto; descrédito na política pública de segurança com cidadania; mobilização precária dos atores necessários à implementação do projeto.

Certo é que, percebemos, diante de todas as dificuldades, a expectativa que foi criada nas mulheres mobilizadas e técnicos do projeto, o que nos leva a concordar com a assertiva dos críticos da modernidade quando tratam do papel do governo no processo de transformação da sociedade, constatando o desequilíbrio nas relações de poder presentes nos diálogos.

Para Paulo Freire a consciência é o primeiro estágio para que os sujeitos assumam suas autonomias, que para ser consolidada prescinde da possibilidade do agir, transformar, reivindicar, em uma perspectiva de fortalecimento do território a partir do interesse das pessoas.

Entendemos que o processo de construção de políticas públicas para a solução de problemas existentes na sociedade precisam da participação de todos desde o seu nascedouro, pois os atores diretamente podem encontrar respostas e maneiras de agir mais próximas de suas realidades, mais efetivas, cujo o envolvimento ultrapassa o limite da cooperação pela troca de benefícios, mas pela consciência política, comprometida com a solidariedade, a fraternidade e o amor.

A busca de parceria com a comunidade deve significar uma gestão com base na confiança e respeito mútuo, tendo como requisitos básicos a comunicação, cooperação, coordenação, colaboração e mudança, baseado nos princípios democráticos que alicerçam a participação social para construção da cidadania, criando vínculos de co-responsabilidade frente aos assuntos de interesse da comunidade, para redução da violência, construindo a cultura de paz, sentimentos presentes entre os nossos informantes.

Quando ouvimos depoimentos de que “o projeto é muito importante”... “estamos na linha de fogo”... “mulheres elemento multiplicador”... “mulheres mediadoras de conflitos... que aproxima a polícia da comunidade, tratando de polícia comunitária...” “mulheres orientadoras dos filhos, netos pais e mães que não sabem o que fazer”...” o projeto não pode parar. E aí,

comungando com a manifestação dessas mulheres defendemos que o apoio institucional para erradicação da miséria, não pode parar pois o terreno é fértil para construção da mudança tão esperada

Certamente que não podemos olvidar as dificuldades de efetivar mudanças estruturantes num contexto onde as políticas públicas a serem estabelecidas confrontam-se com a realidade da desigualdade, com ênfase no capital industrial em detrimento do trabalho, porém há de se ter esperança que organização social irá favorecer a divisão do poder entre todos, promovendo a melhoria das condições de vida de todos, verdadeiramente conscientes da condição de cidadão.

È notório que existe uma mudança no diálogo entre o público e o privado, até por força do fortalecimento dos movimentos sociais em prol do respeito aos direitos humanos, principalmente, quando entra em cena a ação policial, provocando um repensar institucional, voltado à discussão de planos de ações.

Por fim consideramos que o diálogo entre governo e sociedade carece de uma metodologia fundada nos princípios da democracia que envolva todos os participantes na construção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que se expressam de maneira precária, como objetivo realizar ações que visem a melhoria dos espaços urbanos, como acontece com o território de Tancredo Neves.

Outro aspecto deste trabalho importante é que há uma demanda social por uma adequação apropriada dos espaços físicos para o funcionamento dos projetos de cunho social, nas comunidades carentes.

A insuficiência dos recursos físicos, financeiros e de logística em geral constitui-se aspecto relevante a ser observado pelos gestores das políticas.

Abrimos um espaço para citar matéria publicada no jornal ATARDE, que reflete o nosso pensamento quanto as possibilidades de reforma político administrativa dos territórios onde as ações podem ocorrer:

...O terceiro caminho seria o do estabelecimento de dois níveis de poder. Um poder central, com atribuições gerais bem determinadas, e uma rede de prefeituras com atribuições específicas. Atribuições gerais diriam respeito a questões comuns, da mobilidade urbana à segurança, da política econômica à dimensão ambiental. Atribuições específicas: construção de creches, pavimentação de ruas, equipamentos de cultura e lazer, incentivos microempresariais, etc. O que implica que essas prefeituras teriam relativa autonomia financeira. A autoridade metropolitana e as submetropolitanas seriam eleitas pelo voto direto. Mas poderíamos descartar uma

inconveniente, cara e improdutiva manutenção de tantas câmaras municipais. Teríamos a eleição de uma só Câmara Geral de Salvador, da Região Metropolitana e do Recôncavo.

Como se pode ver, são muitas as coisas à espera de uma boa discussão. E, salvo interesses nem sempre confessáveis, não vejo razão para adia-la, como se não fosse prejudicial, a todos nós, a lamentável postura de continuar empurrando o futuro com a barriga. (Antonio Risério, ATARDE, 6/8/2011, A 2, Opinião)

Esta pesquisa não é conclusiva, podendo suscitar novas abordagens a partir da ampliação da base estatística da pesquisa, sobretudo no que tange a forma de engajamento da sociedade na busca de solução para melhor qualidade de vida.

Figura 11 - Certificação das Mulheres da Paz/2010



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elga Lessa de. **Participação popular na gestão da Segurança Pública: Um estudo sobre o Conselho Comunitário do Rio Vermelho**. Monografia, CEGESP/UFBA, 2006.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002 (Série polícia e Sociedade; n.6)

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos – Coisa de Polícia**. 3 ed. Porto Alegre. Capec, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

_____. **Estado Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro: 1997.

_____. **Ensaio Escolhidos**. São Paulo: editora C. H. Cardim, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. [introdução, organização e seleção de Sergio Miceli]. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOULLOSA, Rosana. **Seminário sobre Gestão de Incerteza e da Complexidade em Avaliação de Políticas Públicas**, 2009, MIMEO.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 1.305, de 16 de julho de 2008**. Estabelece as diretrizes iniciais de fornecimento de dados a ser inseridos no SIMAP

_____. **Relatório Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Brasília/DF, 2006.

_____. **Programa Nacional de Segurança Cidadã**. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília/DF, 2007.

CATHALA, Fernand. **Polícia mito e realidade** – São Paulo, Ed. Mestre Jou; 1975.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo. Brisolla (organizadores). **Segurança pública no Brasil : um campo de desafios**. Salvador : EDUFBA, 2010. 143 p.

_____. **Polícia e Sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2005.

CURSO NACIONAL DE MULTIPLICADOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA. Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 014/2006 – Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2006.

DA SILVA, José Afonso. **Doutrina de Polícia Ostensiva** . São Paulo: APMBB, 1993.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ESPINHEIRA, Gey. Sociabilidade e Violência na Vida Cotidiana em Salvador. Bahia **Análise de Dados**, Salvador-Ba, 2001.

FICHER, Tânia (Org) **Poder Local Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido/ Paulo Freire**. –. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREY, K. ; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio . O município e a segurança pública: o potencial da governança democrática urbana. In: Pinto Lyra, R.. (Org.). **Participação, democracia e segurança pública: a experiência brasileira**. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 1, p. 291-317.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica: tradução**, Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MALDONATO, M.T. **Os construtores da Paz – Caminhos da prevenção da violência**. São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa - um instigante desafio**, Núcleo de Pesquisa sobre Identidade - NEPI, nº1, Veras Editora, São Paulo, 1999.

LAKATOS. Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed, São Paulo: Atlas, 1991.

LYRA, Rubens Pinto (org.). **Participação, democracia e segurança pública – a experiência brasileira**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NOGUEIRA, M.A. **As possibilidades da política- idéias para a reforma do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Nilson Vieira (Coord.). **Policimento Comunitário: Experiência no Brasil 2000 – 2002**. São Paulo: Página Viva, 2002.

PACHECO, Giovani, MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária**. Florianópolis: Insular, 2005.

POUPART, Jean et all. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE DELEGADO DE POLÍCIA. ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DA BAHIA. 2006.

PUTMAN, Robert D. **Fazendo a Democracia Funcionar**, Rio de Janeiro: FGV, 1993.

ROCHA, Antonio Sebastião; KAGACHI, Edson; LEITE, Luciana. **Polícia Cidadã: Uma análise crítica**. Monografia CEGESP/UFBA. 2001

SANTOS, B.S. **O Discurso e o Poder – Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica**. Porto Alegre: Fabris ed., 1988.

SANTOS, Reginaldo Souza (coord). **Compreendendo a Natureza das políticas do Estado Capitalista**. Salvador, 2005. xerocopiado

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA. **Projeto Mulheres da Paz** s/d. Salvador – Bahia.

THIOLLEN, Michel (Org) **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, p. 9-13,

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico**/Antônio Joaquim Severino. – 22. ed. Ver. e ampl. De acordo com a ABNT – São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem Saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SANTOS, **Boaventura de Souza**. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. In: Pereira, L. C. Bresser (Org.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP, E. ENAP, 1999.

_____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.), **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. Por outra Globalização do Pensamento único à consciência universal Edição, 12. Editora: Record, 2005.

TRIPODI, Aparecida. Violência. In: **O que é Violência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Nova Cultura: Brasiliense.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 222.

ZALUAR, Alba. **Violência e Segurança Pública**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35, 2011. Caxambu. Apresentação oral. Caxambu – MG, 2011.

APÊNDICE A – Questionário Policiais

Diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil nas ações de Segurança: Experiência do projeto Mulheres da Paz no território de Tancredo Neves, no ano de 2010 em Salvador.

Setembro de 2010 – Jussara Souza

Este questionário visa conhecer como se expressam as relações e diálogos entre o poder público e a sociedade civil na construção das ações de segurança, no território de Tancredo Neves, na visão dos policiais envolvidos no Projeto Mulheres da Paz.

SEÇÃO A – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DOS POLICIAIS ENVOLVIDOS NO TERRITÓRIO DO PROJETO MULHERES DA PAZ.

1. Número do questionário.....
2. Data da Entrevista.....
3. Sexo do entrevistado
() 1. Feminino () 2. Masculino
4. Faixa etária
1. () 20 a 30 2. () 31 a 40 3. () 41 a 50
4. () 51 a 60 5. () Acima de 60
5. Indique qual a sua escolaridade
1. () Não alfabetizado 2. () Alfabetizado
3. () Fundamental incompleto 4. () Fundamental completo
5. () Médio incompleto 6. () Médio completo
7. () Superior incompleto 8. () Superior completo
8. () Pós-Graduado
6. Qual a sua renda?
1. () Até 1 SM 2. () 1 a 3 SM
3. () 3 a 6 SM 4. () 6 a 9 SM
5. () 9 a 12 SM 6. () Mais de 12 SM

SEÇÃO B – PÓLÍCIA

7. Na sua opinião o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia, a comunidade e o projeto que você vem participando, aqui em Tancredo Neves?
1. () Sim 2. () Não 3. () Mais ou menos
4. () Indiferente 5. () Outros

8. De que forma?

.....
.....
.....
.....

9. Existem projetos na cidade do Salvador que você avalia como promotores de novas formas de convivência humana, segurança e paz? Quais?

.....
.....
.....
.....

10. O projeto Mulheres da Paz aqui em Tancredo Neves é diferente?

1. () Sim 2. () Não

Por quê?

.....
.....
.....
.....

11. Você poderia nos dizer quais são os principais aspectos da realidade daqui do bairro de Tancredo Neves que facilitam a atuação das Mulheres da Paz? Por quê?

.....
.....
.....
.....

12. E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, existe(m) algum(ns) aqui no bairro do Tancredo Neves?

1. () Sim 2. () Não

13. Quais são eles?

.....
.....
.....
.....

14. Você poderia dizer porque dificultam?

.....
.....
.....

15. Você considera que as ações realizadas no projeto Mulheres da Paz favorecem ao modelo de policiamento comunitário?

1. () Sim
2. () Não

Por quê?

.....
.....
.....
.....

16. Como você avalia a ação da polícia, aqui em Tancredo Neves ?

- 1. () Ótimo 2. () Muito Bom 3. () Bom
- 4. () Regular 5. () Ruim

Por quê?

.....
.....
.....
.....

17. Na sua opinião o modelo de policiamento comunitário melhora ou deixa no mesmo o trabalho policial aqui no Tancredo Neves?

.....
.....
.....
.....

18. Você recomendaria a implantação do modelo de policiamento comunitário em outros territórios?

- 1. () Sim
- 2. () Não
- 3. (..) Talvez

Por quê?

.....
.....
.....
.....

19. Você se sente preparado para atuar aqui, em Tancredo Neves visando à construção de uma cultura de paz? Por quê?

- 1. () Sim
- 2. () Não
- 3. () Mais ou menos

Por quê?

.....
.....
.....

20. O projeto Mulheres da Paz ajuda a estreitar os laços entre as policias e a comunidade. Em quais aspectos?

.....
.....
.....
.....

21. Se você tivesse de avaliar sua contribuição para o sucesso do projeto Mulheres da Paz, aqui em Tancredo Neves, que nota daria?

- | | | |
|------------|----------|----------|
| 1. () 1 | 2. () 2 | 3. () 3 |
| 4. () 4 | 5. () 5 | 6. () 6 |
| 7. () 7 | 8. () 8 | 9. () 9 |
| 10. () 10 | | |

Por quê?

.....

.....

.....

.....

22. Quais as atividades do Projeto Mulheres da Paz que você participa e/ou participou?

.....

.....

.....

.....

23. Como você avalia a responsabilidade e a co-participação da comunidade na segurança pública aqui em Tancredo Neves?

- | | | |
|-----------------|-------------------|-----------------|
| 1. () Positiva | 2. (...) Negativa | 3. () Razoável |
|-----------------|-------------------|-----------------|

Por quê?

.....

.....

.....

.....

24. Se você fosse o governador do estado da Bahia quais as principais estratégias estabeleceria para aproximar a comunidade da polícia?

1. () Capacitaria mulheres para atuarem nas comunidades como agentes pacificadoras junto aos jovens expostos a violência doméstica e/ou urbana, para fortalecer a rede social de prevenção e enfrentamento da violência;
2. () Promoveria palestras, cursos e oficinas, envolvendo a comunidade e as policias, para a implementação de ações que orientem práticas de direitos humanos;
3. () Criaria um comitê de gestão local com equipe multidisciplinar para acompanhar, monitorar e avaliar os trabalhos de segurança com cidadania nos territórios contemplados;
4. () Criaria mecanismos para elevar a auto-estima das mulheres envolvidas no projeto para fomentar a organização jurídico-administrativa das associações comunitárias
5. () Todas ou nenhuma das alternativas acima, justifique:

.....

.....

.....

.....

APÊNDICE – B Questionário Corpo Técnico

Diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil nas ações de Segurança: Experiência do projeto Mulheres da Paz no território de Tancredo Neves, no ano de 2010 em Salvador.

Setembro de 2010 – Jussara Souza

Este questionário visa conhecer como se expressam as relações e o diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil na construção das ações de segurança no território de Tancredo Neves, na visão dos técnicos envolvidos com o Projeto Mulheres da Paz.;

SEÇÃO A – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO CORPO TÉCNICO DO PROJETO MULHERES DA PAZ

25. Número do questionário.....

26. Data da Entrevista.....

27. Sexo do entrevistado

1. () Feminino 2. () Masculino

28. Faixa etária

1. () 20 a 30 2. () 31 a 40 3. () 41 a 50
4. () 51 a 60 5. () Acima de 60

29. Indique qual a sua escolaridade

1. () Não alfabetizado 2. () Alfabetizado
3. () Fundamental incompleto 4. () Fundamental completo
5. () Médio incompleto 6. () Médio completo
7. () Superior incompleto 8. () Superior completo
8. () Pós-Graduado

30. Indique qual a função que exerce junto ao Projeto Mulheres da Paz:

.....
.....

31. Qual a sua renda?

1. () Até 1 SM 2. () 1 a 3 SM
3. () 3 a 6 SM 4. () 6 a 9 SM
5. () 9 a 12 SM 6. () Mais de 12 SM

SEÇÃO B – CORPO TÉCNICO

32. Você poderia nos dizer qual foi sua forma de ingresso na equipe técnica do Projeto Mulheres da Paz?

.....
.....
.....
.....

33. Existem projetos na cidade do Salvador que você avalia como promotores de novas formas de convivência humana, segurança e paz? Quais?

.....
.....
.....
.....

34. O projeto Mulheres da Paz aqui em Tancredo Neves é diferente?

2. () Sim 2. () Não

Por quê?

.....
.....
.....
.....

35. Você poderia nos dizer quais são os principais aspectos da realidade daqui do bairro de Tancredo Neves que facilitam a atuação das Mulheres da Paz? Por quê?

.....
.....
.....
.....

36. E sobre aqueles aspectos que dificultam as ações do projeto Mulheres da Paz, existe(m) algum(ns) aqui no bairro do Tancredo Neves?

2. () Sim 2. () Não

37. Quais são eles?

.....
.....
.....
.....

38. Você poderia dizer porque dificultam?

.....
.....
.....
.....

39. Como você avalia a participação das mulheres no Projeto Mulheres da Paz, aqui no bairro de Tancredo Neves?

.....
.....
.....
.....

40. Se você tivesse de avaliar a participação das Mulheres da Paz nas ações do projeto, aqui em Tancredo Neves, que nota daria?

- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> 8 |
| <input type="checkbox"/> 9 | <input type="checkbox"/> 10 | | |

41. Justifique?

.....
.....
.....
.....

42. Na sua opinião as mulheres beneficiárias estão satisfeitas com o projeto Mulheres da Paz?

- | | | |
|---|--|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Satisfeita | 2. <input type="checkbox"/> Muito Satisfeita | 3. <input type="checkbox"/> Pouco satisfeita |
| 4. <input type="checkbox"/> Indiferente | 5. <input type="checkbox"/> N.A | |

Por quê?

.....
.....
.....
.....

43. Quando ocorre(m) situação(es) problema(s) no desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz, aqui em Tancredo Neves, quem encaminha a busca de alternativa de solução ?

.....
.....
.....

44. Como a (as) solução(es) é/são encaminhada (s)?

.....
.....
.....
.....

45. Como você avalia as condições físicas do projeto Mulheres da Paz?

1. () Satisfatórias 2. () Muito satisfatórias
3. () Insatisfatórias 4. () Muito insatisfatórias 5. () Outras

Por quê?.....
.....
.....
.....

46. E sobre os equipamentos e materiais?

1. () Satisfatórias 2. () Muito satisfatórias
3. () Insatisfatórias 4. () Muito insatisfatórias 5.() Outros

Por quê?.....
.....
.....
.....

47. Como você avalia a ação da Polícia Militar aqui no Tancredo Neves?

2. () Ótimo 2. () Muito Bom 3. () Bom
4. () Regular. 5. () Ruim

Por quê?
.....
.....
.....
.....

48. E quanto a Polícia Civil?

1. () Ótimo 2. () Muito Bom 3. () Bom
4. () Regular 5. () Ruim

Por quê?
.....
.....
.....
.....

49. O projeto Mulheres da Paz ajuda a estreitar os laços entre as policias e a comunidade. Em quais aspectos?

.....
.....
.....
.....

50. Na sua opinião o modelo de policiamento comunitário contribui para o diálogo entre a polícia, a comunidade e o projeto que você vem participando, aqui em Tancredo Neves?

2. () Sim 2. () Não 3. () Mais ou menos

- 4. () Indiferente 5. () Outros

51. De que forma?

.....

52. Você considera que as ações realizadas no projeto Mulheres da Paz favorecem ao modelo de policiamento comunitário?

- () Sim
 - () Não
- Por quê?

.....

53. Como você avalia a responsabilidade e a co-participação da comunidade na segurança pública aqui em Tancredo Neves?

- 2. () Positiva 2. () Negativa 3. () Razoável

Por quê?

.....

54. Se você fosse o governador do estado da Bahia quais as principais estratégias estabeleceria para aproximar a comunidade da polícia?

- 6. () Capacitaria mulheres para atuarem nas comunidades como agentes pacificadoras junto aos jovens expostos a violência doméstica e/ou urbana, para fortalecer a rede social de prevenção e enfrentamento da violência;
- 7. (...) Promoveria palestras, cursos e oficinas, envolvendo a comunidade e as policias, para a implementação de ações que orientem práticas de direitos humanos;
- 8. () Criaria um comitê de gestão local com equipe multidisciplinar para acompanhar, monitorar e avaliar os trabalhos de segurança com cidadania nos territórios contemplados;
- 9. () Criaria mecanismos para elevar a auto-estima das mulheres envolvidas no projeto para fomentar a organização jurídico-administrativa das associações comunitárias
- 10. () Outras

Explique:

.....

APÊNDICE C - Técnica: Grupo Focal

DIA: 07/12/2010

HORA: 15H00

LOCAL: CENTRO SOCIAL URBANO - NARANDIBA

PARTICIPANTES:

- MULHERES DA PAZ;
- POLICIAIS MILITAR E CIVIL; e
- TÉCNICOS DO PROJETO:

DURAÇÃO: 02H15

INTERVALO: 15 MIN

SUGESTÃO PARA O ESTABELECIMENTO DE UM CONTRATO, SABENDO QUE EXISTEM QUATRO QUESTÕES BÁSICAS A SEREM TRATADAS.

1. APRESENTAÇÃO: A POSIÇÃO DOS PARTICIPANTES NO PROJETO MULHERES DA PAZ ?
2. COMO CADA UM SE SENTE EM RELAÇÃO AO PROJETO?
3. QUAIS OS FATORES QUE VÊM FACILITANDO O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO?
4. QUAIS OS FATORES QUE VÊM DIFICULTANDO O ANDAMENTO DO PROJETO?
5. COMO VOCÊ AVALIA O PROJETO? VOCÊ ACHA QUE O PROJETO AJUDA O DIÁLOGO ENTRE O GOVERNO, COM ÊNFASE NAS POLÍCIAS, E A COMUNIDADE?
6. O QUE VOCE TEM A DIZER SOBRE O FUTURO DO PROJETO?

APÊNDICE D (VÍDEO DO GRUPO FOCAL)

ANEXO A – Ciclo Maria Felipa – Negritude Feminina em Diálogo

O Projeto Mulheres da Paz e o mês da consciência negra.

O Projeto Mulheres da Paz foi criado no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), e propõe a capacitação de mulheres lideranças comunitárias para que possam se organizar dentro das comunidades, fazer valer suas demandas e reivindicações e trabalhar com a juventude e adolescentes expostos à violência doméstica e urbana. Além disso, busca fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas por mulheres.

No mês de novembro é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra (20) e o Dia Internacional de luta pelo fim da violência contra as mulheres (25). Essas datas marcam o enfrentamento do racismo, do preconceito e da violência e é também um momento para reflexão da identidade da mulher negra neste contexto.

Com a finalidade de fortalecer o debate sobre o papel da mulher e a importância dela na construção de uma sociedade justa e igualitária, o Projeto Mulheres da Paz – Bahia promove o Ciclo de Palestras Maria Felipa: Negritude Feminina em Diálogo, que acontecerá entre os dias 23 e 30 de Novembro nos 5 Territórios de abrangência do PRONASCI (Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari).

REALIZAÇÃO:

APOIO:

PROMOVE:

CICLO MARIA FELIPA – NEGRITUDE FEMININA EM DIÁLOGO

Maria Felipa um exemplo de resistência

Natural de Itaparica, Maria Felipa foi uma mulher de muita coragem, habilidade de capoeirista e trabalhadora marisqueira, respeitada pela população da Ilha de Itaparica, onde participou das lutas pela Independência da Bahia onde comandou cerca de 40 mulheres num ato de ousadia e muito desembaraço.

Neste ato Maria Felipa, junto com outras mulheres queimou 42 barcos da esquadra, permitindo ao povo de Salvador a supremacia nos embates e a definição da situação, com a vitória sobre as tropas da dominação Portuguesa.

Essa mulher negra que lutou pela independência da Bahia ainda não foi devidamente reconhecida na história. Maria Felipa, ainda que pouco conhecida é estudada hoje em diversas Faculdades e Universidades Brasileiras.

Programação

Território: Simões Filho

Intolerância Religiosa

Palestrante: Mãe Rosa – Yalaxê do Ylê
Axé Obá Kosô Lokê Omin

Data: 23/11/2010

Horário: 14 horas

Local: Sedes

Território: Tancredo Neves/Beirú

Maria Felipa

Palestrante: Eny Kleyde Vasconcelos Farias

– Historiadora e escritora do livro "Maria

Felipa de Oliveira – Heroína da

Independência da Bahia"

Data: 24/11/2010

Horário: 09 horas

Local: CSU Naranjiba

Território: Lauro de Freitas

Violência contra as mulheres negras e a

Lei Maria da Penha

Palestrante: Jussara Souza – Delegada

Titular da Delegacia do Nordeste de

Amaralina e especialista em gestão em

Políticas de Segurança Pública

Data: 25/11/2010

Horário: 14 horas

Local: Auditório Espaço Cidadão

Território: Camaçari

Mulher Negra, participação política e poder

Palestrante: Lindinalva de Paula – Coordenadora Nacional do Coletivo de Entidades Negras (CEN) e presidente do Conselho Municipal de Reparação Racial

Violência doméstica e o papel da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)

Palestrante: Thais Siqueira – Delegada

Titular da DEAM

Data: 29/11/2010

Horário: 09 horas

Local: CAIC – PHOCI

Território: São Cristóvão

Lei Maria da Penha: Desafios e Implicações

Palestrante: Ieda Ribeiro Franco -

Socióloga, mestre em saúde coletiva e estudante de Direito do 5º semestre

Direitos Humanos da População Negra

Palestrante: Samuel Vida – Ogã do

Terreiro do Cobre, advogado e militante

do Movimento Negro

Data: 30/11/2010

Horário: 09 Horas

Local: Centro Paroquial de São Cristóvão

ANEXO B – Implantação do Território da Paz

ADILSON FONSECA
 advogado@adilson.com.br

Mensalmente, a 11ª CP (Delegacia de Tancredo Neves) contabiliza uma média de 70 ocorrências policiais. No mês de junho deste ano, do total de ocorrências registradas, 21 foram homicídios. A área de atuação da 11ª CP, que inclui sete bairros da região do Cabula, é a quarta mais violenta de Salvador e será a primeira a receber ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Conforme explicou o secretário nacional do Pronasci, Ronaldo Teixeira, a região de Tancredo Neves, também chamada de Beirru, foi escolhida "por causa do seu histórico de violência". Além

da região, foram selecionadas para uma etapa seguinte do programa em Salvador as regiões da Península de Itapagipe (área de atuação da 3ª Circunscrição Policial), subúrbio ferroviário (5ª CP) e São Cristóvão (12ª CP).

No *Mapa da Violência de Salvador*, divulgado em junho deste ano pelo Centro de Documentação e Estatística Policial da Secretaria da Segurança Pública (Cesep-SSP), a região aparece, em junho, com 21 homicídios, sendo superada pelas regiões de Cajazeiras (30 homicídios), Sussuarana e São Cristóvão (22, cada), à frente do Cabula, São Gaetano, Petipari (20, cada), Boca do Rio e Pernambubutês (19, cada).

COMPASSO DE ESPERA – A Ba-

Silêncio sobre violência é reflexo de um clima tenso

A população que vive nos bairros de Tancredo Neves e região do Arenoso, os mais perigosos na Região Administrativa XII (AR XII), convive, diariamente, com um cotidiano de violências que se misturam nas ações policiais e atividades das gangues de tráfico de entorpecentes.

A combinação dessas ações resulta na chamada "lei do silêncio", pela qual os moradores se negam a passar informações sobre o que testemunham, ou de o público só se pronunciar sobre os acontecimentos na surdina, negando-se a ter a identidade revelada ou permitir quaisquer registros de fotos. Alguns moradores, principalmente os que atuam em ações comunitárias, preferem não reforçar a imagem do lugar como um bairro que enfrenta situações de violência ur-

lia foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 91 milhões do Pronasci. Deste total, cobrem R\$ 6 milhões para as ações a serem implantadas em Salvador. Esses recursos, contudo, ainda não chegaram, assim como as ações anunciadas, com foco de atenção para os jovens entre 15 e 24 anos, também não começaram a ser efetuadas.

Nos últimos dois anos, conforme disse o secretário da Segurança Pública, César Nunes, foi registrado um dos maiores índices de homicídios dolosos em Salvador e região metropolitana. O secretário Nunes explicou que a Superintendência de Inteligência já mapeou as principais áreas de incidência de crimes de maior potencial, para que so-

fram intervenções. Conforme explicou o coordenador do Pronasci na Bahia, Expedito Teixeira, as ações serão de "caráter estruturantes", envol-

vido não apenas o reforço do aparato policial (policiais Civil e Militar), mas também envolvendo outros setores, como o de educação e saúde, com reformas de prédios públicos e ações de cidadania e ressocialização, em conjunto com entidades representativas da população.

O gestor acrescentou que o programa implica a execução de 94 ações sociais e que, em cada uma delas, haverá um foco de atenção. "Não é algo para se ter um resultado imediato, pois não se trata de um programa policial, mas de promover ações públicas

que visem, a médio e longo prazos, reduzir o índice de violência nessas áreas", disse.

DADOS—A Região Administrativa Beirru/Tancredo Neves XIII, camuflagada pela Prefeitura de Salvador, tem, segundo dados do Censo 2000, população de 183.444 habitantes, dividida em uma área de 1.536 hectares, estão registrados 50.765 residências — entendendo as comunidades do Arenoso, Engomadeira, Ca-

voeiro, Doron e São Geronimo. O bairro de Tancredo Neves, atualmente, uma população em torno de 70 mil habitantes, já foi alvo de ações da Polícia Militar, que o cessa por uma semana, em 1980

Polícias precisam ser reforçadas



Titular da 11ª CP (Delegacia de Tancredo Neves), com uma área de atuação que cobre parte das avenidas Paralela e Luís Eduardo Magalhães e as regiões do Cabula, Centro Administrativo, e Estrada das Barréiras, a delegada da unidade de Polícia Civil Márcia Xavier mapeia as ocorrências violentas da área atendida pela 11ª Circunscrição Policial em duas modalidades de crimes: contra a vida e contra o patrimônio.

Segundo explicou, os crimes contra o patrimônio (assaltos e estabelecimentos residenciais e comerciais) são mais frequentes nos bairros de Tancredo Neves e Engomadeira, enquanto os homicídios prevalecem nos bairros de Cabula VI, Pernambubutês e na localidade de Arenoso.

O Arenoso é um prolongamento do bairro Tancredo Neves e hoje apenas uma única entrada,



"Não é um programa policial. Há ações a médio e longo prazos para reduzir a violência"

Expedito Teixeira, gestor da SSP-BA I

Qual a diferença entre as denominações Tancredo Neves e Beirru?

Beirru é a denominação antiga do atual bairro de Tancredo Neves, localizado entre Engomadeira, Sussuarana, Naranjinha e Avenida Paralela. O nome é de origem iorubá, associado ao escravo africano Gbeiru, que morou na localidade no século XIX. Em plebiscito de 2005, o nome mudou para homenagear o ex-presidente recém-falecido Tancredo de Almeida Neves. Contudo, até hoje não há consenso para o nome do bairro.

A4

SALVADOR
 EDITORA-COORDENADORA
 Marlene Lopes
 EDITOR DE SALVADOR
 Luiz Lasserra

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 28/7/2009

SALVADOR

& região metropolitana

salvador@gn.postar.de.com.br

Informe-se sobre
 o trânsito antes
 de sair de casa



SEGURANÇA | Governo lança projeto com foco na redução da violência. Local foi o escolhido por ser considerado o bairro mais violento de Salvador

Promessa de paz em Tancredo Neves

INTERATIVIDADE

Qual ação de segurança seria eficiente no combate à violência na Bahia?

Continue comentando.
 Para participar, acesse
www.atarde.com.br

DANILE REBOUÇAS

dreboucas@gn.postar.de.com.br

A implantação do Território de Paz, parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), promete mu-

dar a realidade do bairro Tancredo Neves/Beiru nos próximos dois meses. O projeto, que será executado nesta localidade, visa implementar 28 ações preventivas voltadas para as áreas de segurança e assistência social com foco no combate à violência. Considerado o bairro mais violento de Salvador, Tancredo Neves foi palco de 15% dos assassinatos registrados em 2008.

O secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Nelson Pelegrino, não confirmou datas para as ações, mas relatou que há projetos em andamento, processos de licitação abertos e outros a serem iniciados, como o das reformas da praça e unidades policiais. A implantação do Território de Paz será iniciada na

Bahia amanhã, na presença do ministro Tarso Genro.

A União liberou R\$ 120 milhões para a Bahia. Caso o governo não execute as ações em 2009, corre o risco de não receber verbas em 2010. "O prazo de implementação está vinculado ao novo orçamento. Se os projetos não estiverem funcionando em 60 dias, não há novas liberações", afirma o secretário-executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira.

Para início das atividades amanhã, um centro de articulação comunitário será montado, no antigo pátio de treinamento do Detran, em Narandiba. O Território de Paz visa reunir uma série de ações integradas e articuladas a fim de reverter o quadro de exclusão social e diminuir ín-

dices de violência.

"Nossa expectativa é que até o fim do ano as ações aconteçam de forma integrada. Queremos reverter os indicadores", diz Pelegrino. Dentre os projetos previstos no bairro, há a ampliação e capacitação da segurança, qualificação de jovens e assistência jurídica. Salvador será o oitavo município a receber o Território de Paz. O bairro Santo Amaro, em Recife (PE), foi o primeiro, em dezembro de 2008. Lá, os projetos contribuíram para redução de mais de 70% dos crimes no bairro nos três primeiros meses deste ano. Na Bahia, outros três Territórios de Paz estão previstos, em Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, nas áreas consideradas como as mais violentas.

Tancredo Neves I

O bairro é compreendido entre as localidades de Engomadeira, Sussuarana, Narandiba e Avenida Paralela, tem hoje cerca de 200 mil habitantes e serviços que dão sua dimensão regional: seis colégios estaduais e um conveniado, dois municipais, uma creche e três postos de saúde. Subdivide-se em três comunidades principais: Arenoso, Alto do Macaco e Fim de Linha do Beiru, onde moradores apontam a existência de pelo menos cinco



LUCCY TAUBA | AG. A TARDE

Tarso Genro | ministro da Justiça

A TARDE | Quais os desafios do Pronasci na Bahia?

TARSO GENRO | O principal desafio é uma articulação institucional, técnica, política, bem organizada entre a União, os estados e os municípios que estão no Pronasci. Este é um programa em que nenhum ente da União pode falhar em sua aplicação, porque ele inova a metodologia de composição de programas e inova completamente as políticas de segurança pública do País. Ele combina ações preventivas dos municípios com ações policiais de alto nível dos estados, e com recursos originários da União.

AT | O programa pode reduzir a migração de jovens para o tráfico de drogas?

TG | O Pronasci tem projetos concretos que visam justamente buscar os jovens que estão naquela situação de risco, que estão sendo cooptados pela criminalidade. Mas buscá-los não para levá-los para a cadeia ou para os Juizados de Menores, mas para integrá-los aos programas educativos, culturais, de formação de mão-de-obra, programas artísticos, que visam dar uma alternativa para o jovem. Já é possível verificar os efeitos que o Pronasci tem sobre a juventude. No primeiro Território da Paz instaurado, em Santo Amaro, região metropolitana de Recife, em um ano de Pronasci a criminalidade diminuiu em 74,5%.

AT | Ele pode contribuir para uma integração do trabalho das polícias Militar e Civil?

TG | Sim, pode contribuir. Esta dicotomia, ou oposição, das funções das polícias Civil e Militar, está muito mais sustentada em ideologias de que dispõem ambas as polícias do que propriamente no interesse público. Porque estão perfeitamente demarcadas na lei as funções de cada um. Essas contradições são exacerbadas porque, em regra, elas não são muito bem preparadas, elas não são remuneradas respeitosamente, elas não têm programas de saúde que ajudem os policiais a se recuperarem dos traumas que enfrentam no cotidiano de suas atividades, e isso proporciona até essa cultura de enfrentamento entre as duas polícias. Se

elas atuarem segundo suas funções, essas contradições vão desaparecer, e as polícias vão ter uma relação de colaboração muito mais qualificada do que têm hoje.

AT | Soubemos que boa parte dos recursos destinados à Bahia está sendo usada em armamento, quando a proposta é investir nos projetos comunitários.

TG | As informações sobre a aplicação dos recursos estão sendo alimentadas por um sistema que estamos instaurando com a Fundação Getúlio Vargas. De fato, o Pronasci tem recursos para compra de armamento não-letal, de armamento para ocupação de território, de viaturas para as rondas comunitárias, para programas de formação de policiais e de agentes. Também tem recursos para programas preventivos voltados para juventude, como o Protejo, para recuperação por meio do trabalho, da educação. Se estiver ocorrendo algum desequilíbrio, a prefeitura ou órgão que está aplicando de maneira desequilibrada receberá uma mensagem nossa.

AT | O recurso é carimbado, ou seja, a aplicação é definida pelo ministério?

TG | Sim, é carimbado. Às vezes o que acontece é que um estado ou município demora mais para aplicar uma parte do recurso e usa outra mais rapidamente, podendo aparentar um certo desequilíbrio – e isso terá de ser corrigido.

AT | Três municípios baianos adotaram o "toque de recolher" para crianças e adolescentes. O que o senhor acha de medidas como essa?

TG | Temos exemplos positivos do "toque de recolher" ajustado com a comunidade, em torno do funcionamento do horário de bares, por exemplo. Quando é acordado com a comunidade, que participa da decisão junto com o poder público, pode redundar em efeitos positivos. Em Diadema, depois de uma medida como essa, a criminalidade caiu em quase 50%. Mas isso não pode ser transposto mecanicamente, nem o horário nem o método, para cada região.

ate essa cultura de enfrenta-
nem o horário nem o método,
mento entre as duas polícias. Se
para cada região.

A TARDE

OPINIÃO
EDITOR
Jary Cardoso

OPINIÃO

opinião@grupoatarde.com.br

ARTIGOS

Escola: território da paz

RICARDO HENRIQUE ANDRADE

Amanhã será um dia muito especial para a história do bairro do Beiru em Salvador: dia da implantação do primeiro Território de Paz da Bahia. Trata-se de uma iniciativa conjunta entre os poderes municipal, estadual e federal, através do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) do Ministério da Justiça.

A ideia do programa é promover uma articulação entre os esforços governamentais numa experiência piloto de políticas transversais: educação, cultura, saúde, infraestrutura, geração de renda, justiça e policiamento comunitário. Uma nova perspectiva que considera a segurança pública como segurança social, reconhecendo e enfrentando, na prática, uma hipótese que seria óbvia na mais superficial teoria política moderna: a violência que se manifesta neste território, que tem um dos mais altos índices de homicídios do País, possui uma relação causal com as condições econômicas e sociais das pessoas que ali habitam.

Se eliminarmos as causas, cessaremos seus efeitos perversos. A cidadania só começa mesmo quando um certo nível de dignidade é assegurado. Garantir essa condição é tarefa que o poder público deverá repartir com a comunidade organizada e articulada que ali existe.

Na Bahia o Pronasci possui algumas particularidades que o diferenciam em relação aos outros estados. Talvez a principal delas seja a participação ativa das escolas. O engajamento

de professores, diretores e da comunidade escolar constrói uma possibilidade de transformação consistente e duradoura neste bairro. As escolas do Beiru vão a luta, não querem mais permitir que seus jovens matem e morram de um modo absurdo e banal. Não admitem mais a violência que invadiu o seu interior e não transigem com a omissão.

Que me perdoem os críticos da visão da educação como redenção da sociedade, mas a escola pública foi e continuará sendo um dos mais importantes espaços de mobilização social e de construção da democracia, como já dizia Anísio Teixeira.

Desde o ano passado as escolas do Beiru tornaram-se espaços de articulação comunitária, realizando projetos importantes, a exemplo do Protejo – uma das várias ações financiadas pelo Pronasci – na proteção aos jovens em situação de risco social. No Protejo os jovens são estimulados a assumirem seu protagonismo e responsabilidade comunitária a partir da escola.

Vários outros projetos da Secretaria de Educação, especialmente no âmbito da formação dos professores, têm contribuído para fortalecer a defesa dos direitos humanos, o respeito às diversidades e uma atenção especial a quem é merecedor de ser tratado de maneira especial. A paz é uma conquista política, por isto nossas escolas públicas estão se preparando para encampar esta luta, cuja vitória coincide exatamente com a emancipação e a liberdade de ser, de fazer, de conhecer e de conviver, em paz.

R. H. A. | Coord. executivo do Protejo/Pronasci-BA, dir. de formação e experimentação educacional do Instituto Anísio Teixeira